



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL**

Linha de Pesquisa:

Poder local e organização do espaço

RAFAEL DE FARIAS FERREIRA

**PROJETO PACTO NOVO CARIRI:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ACERCA DAS MULHERES RENDEIRAS
NO CARIRI PARAIBANO**

**Guarabira – Paraíba
2010**

**PROJETO PACTO NOVO CARIRI:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ACERCA DAS MULHERES RENDEIRAS
NO CARIRI PARAIBANO**

RAFAEL DE FARIAS FERREIRA

**PROJETO PACTO NOVO CARIRI:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ACERCA DAS MULHERES RENDEIRAS
NO CARIRI PARAIBANO**

Trabalho Monográfico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação do Professor Doutor Francisco Fábio Dantas da Costa, como requisito obrigatório para obtenção do título de **Especialista em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental.**

**Guarabira – Paraíba
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F587p

Ferreira, Rafael de Farias

Projeto Pacto Novo Cariri: uma abordagem geográfica acerca das mulheres rendeiras no Cariri Paraibano / Rafael de Farias Ferreira. – Guarabira: UEPB, 2010.

41f.II.Color.

Monografia Especialização (Trabalho Acadêmico Orientado – TAO) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa”.

1. Território 2. Desenvolvimento Local 3.
Mulher Redeira I. Título.

22.ed. CDD 338.9

**PROJETO PACTO NOVO CARIRI:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ACERCA DAS MULHERES RENDEIRAS
NO CARIRI PARAIBANO**

Trabalho Monográfico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de **Especialista em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental**, obtendo a nota _____.

Aprovado em 01 de outubro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba

Professora Ms. Maria Aletheia Stedile Belizario
Universidade Estadual da Paraíba

Professor Dr. Belarmino Mariano Neto
Universidade Estadual da Paraíba



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades

**COORDENAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL
FICHA DE AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA**

NOME DO CURSO: Especialização em Geografia Território Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA
COORDENADOR (A): Luciene Vieira de Arruda

MONOGRAFIA		
AUTOR (A): Rafael de Farias Ferreira		
ORIENTADOR (A) TITULAÇÃO : Profº Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa - UEPB		
TÍTULO: Território e mulheres rendeiras: um estudo sobre a política de desenvolvimento territorial do Projeto Pacto Novo Cariri.	LINHA DE PESQUISA: Território e territorialidade	
RESUMO <p>Este ensaio epistemológico analisa o Projeto Pacto Novo Cariri, a partir do modelo de desenvolvimento local inserido no Arranjo Produtivo da Renda Renascença. Tendo a dialógica e o estudo de caso proposto por Yin como instrumentos metodológicos, o estudo identificou que por trás da política de desenvolvimento estabelecida pelas instituições envolvidas, há na verdade um processo bem acentuado de alienação, no qual, predomina-se uma política de desenvolvimento assistencialista que ao invés de gerar autonomia e sustentabilidade, promove um significativo controle, tornando os empreendimentos insustentáveis sem a permanente colaboração dos parceiros. Palavras - chave: desenvolvimento local, território; mulheres rendeiras.</p>		
DATA DE APRESENTAÇÃO: 01/10/2010		
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO		
PROFESSORES:	ASSINATURAS:	
Profº Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa - UEPB	<i>Francisco Fábio Dantas da Costa</i>	Notas
Profº Dr. Belarmino Mariano Neto _ UEPB	<i>Belarmino Mariano Neto</i>	10,0
Profª Ms. Maria Alethéia Stédile Belizário - UEPB	<i>Maria Alethéia Stédile Belizário</i>	10,0
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO (A) ALUNO (A):		10,0
Observações:		

Guarabira, 01 de outubro de 2010

Profª Drª Luciene Vieira de Arruda
Coordenador(a) da Especialização

Luciene Vieira de Arruda
Luciene Vieira de Arruda
COORD. ESP. GEOGRAFIA
MAT. 3224881 - CH - UEPB

Dedico este trabalho as mulheres rendeiras do Cariri Paraibano, que silenciosamente protagonizam a formação de um território e tecem as suas histórias através do dom que carregam nas mãos...

Na tentativa de proteger as suas famílias e de modificar o giro da roda viva que todos os dias cumpre a tarefa de traçar sempre o mesmo destino, consagrando a triste herança de sua condição, a de explorada.

AGRADECIMENTOS

Exaltar em forma de agradecimentos àqueles que me cercam, é expressar o quanto todos são importantes para a construção da pessoa que sou. Nesse sentido, este trabalho expõe o processo de amadurecimento da condição humana e das experiências que constituíram a minha evolução.

Acredito que a missão de agradecer consiste num processo de retribuir o incentivo, o apoio e a compreensão das pessoas que compartilharam comigo nesta jornada e na tentativa de não cometer injustiça, mas sabendo que errar é algo da natureza humana, agradeço:

A Deus, meu pai eterno, por todos os momentos vividos na difícil caminhada da especialização;

Aos meus pais, Antônia e Elias, por acreditarem no meu projeto de vida e por participarem de forma tão significativa do meu processo evolutivo;

A minha irmã Soraya, pessoa que amo incondicionalmente, a minha amada esposa Raissa, por compreender a minha ausência e por ter aceitado a difícil missão de ser minha companheira, e a minha filha Fernanda por me dar a oportunidade de exercer a tão difícil paternidade;

O meu amigo orientador, Professor Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa, pelos ensinamentos e contribuições. Obrigado por acreditar em mim!

Os professores da Especialização em Geografia e Território, pela sabedoria de transmitir o conhecimento crítico que foi de vital importância para esta caminhada, em especial aos Professores Dr. Belarmino Mariano Neto, Dra. Luciene Vieira de Arruda, Dr. Lanusse Salim Rocha Tuma, Ms. Regina Celly Nogueira da Silva, Ms. Maria Alethéia Stedile Belizário, Ms. Edvaldo Carlos de Lima, Ms. Aldo Gonçalves de Oliveira, Ms. Amanda Christinne Nascimento Marques e Ms. Alecsandra Pereira da Costa Moreira;

Os professores da Especialização em Economia Solidária e Autogestão, por transmitirem um conhecimento profundo que obrigatoriamente implica na mudança do trabalho que o homem exerce sobre o mundo, em especial aos Professores Dr. Roberto Veras de Oliveira, Dr. Rogério Humberto Z. Nascimento, Ms. Ângela Maria Metri Tejo, Dr. Severino José de Lima, Dra. Leiliam Cruz Dantas, Dra. Mércia Rejane Batista, Ms. Roberto Mendoza, Dr. Wagner Braga Batista e Dra. Alunilda Januncio de Oliveira;

Os meus eternos amigos, que mesmo com minha ausência e sem a atenção que merecem, sempre me incentivaram: Genilson, Maria da Conceição, Valcir, Daniel, Analice, Maria Madalena, Luciene Marques, Jani Tácia, Fátima Santana e em especial à Augusto Cesar e Maria Rosangela;

Os colegas do curso de especialização, por todos os momentos vividos juntos, em especial a Alexleide, Josias, Edileuza, José Eduardo, Celinaldo e Sharlene, companheiros de todas as horas;

Os colegas de trabalho pelo companheirismo e pela amizade, em especial a Osmar, Vlademir, Fabiano e Paulo Nicácio;

Aos novos colegas da Secretaria Municipal de Educação do município de São João do Tigre, em especial a Paloma, Célia, Lucélia e Paulo Cesar;

A minha nova família, Fátima Suelene, Fernando, Cyro Victor, Karolinne e Fátima Oliveira por terem me acolhido e ajudado na minha mais recente empreitada;

As associações, que permitiram a realização desta pesquisa, em especial a Associação dos Artesãos de São João do Tigre;

Por fim, a todas as rendeiras que durante um período de quatro anos, entrelaçaram suas vidas na minha, me tornando parte integrante e permanente de suas realidades e de suas histórias de vida.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS, MAPAS, GRÁFICOS, QUADROS E FOTOS

FIGURAS

FIGURA 1 – Cadeia Produtiva da Renda Renascença do Cariri Paraibano	...	28
----------------------------------------------------------------------------	-----	----

MAPAS

MAPA 1 – Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro	33
MAPA 2 – Biomas do Brasil	35
MAPA 3 – Cariri Paraibano	41
MAPA 4 – O Estado da Paraíba com Destaque para o Território da Renda Renascença	45
MAPA 5 – Os Municípios que Formam o Território da Renda Renascença	...	45

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de Atividades Realizadas Entre os Anos de 2005 e 2006	50
GRÁFICO 2 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2005	51
GRÁFICO 3 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2006	54
GRÁFICO 4 – Número de Mulheres Associadas por Ano	57
GRÁFICO 5 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2007	57

QUADROS

QUADRO 1 – A Chegada da Renda à Paraíba	26
------------------------------------------------	-------	----

FOTOS

FOTO 1 – Rendeira do município de Camalaú tecendo um <i>xale memória</i>	30
FOTO 2 – Rendeira da Associação de Monteiro tecendo aplicação de renda.	30
FOTO 3 – Mulheres rendeiras reunidas na casa de São João do Tigre.	30
FOTO 4 – Mulheres rendeiras da Associação de São Sebastião do Umbuzeiro.	30
FOTO 5 – Caracterização dos blocos rochosos no município de Monteiro.	38
FOTO 6 – Leito de um afluente do rio Paraíba no município de Monteiro.	40
FOTO 7 – A natureza edáfica dos solos (rasos e pedregosos).	40

FOTO 8 – Novelos de linha e lace.	46
FOTO 9 – Criação do risco.	47
FOTO 10 – Aplicação do lace.	47
FOTO 11 – Confeção da renda renascença.	47
FOTO 12 – Processo de acabamento.	47
FOTO 13 – Vestido branco com bico preto de renda renascença.	55
FOTO 14 – Blusa e saia de renda renascença.	55
FOTO 15 – Vestido curto preto de renda renascença.	55
FOTO 16 – Short coqueiro de renda renascença.	55
FOTO 17 – Bleiser e short feitos de renda renascença.	55
FOTO 18 – Camiseta de renda renascença tingida de marrom.	55
FOTO 19 – Vestido colorido de flores com mangas longas.	56
FOTO 20 – “Jardineira” (como as rendeiras chamam) curta de flores.	56
FOTO 21 – Vestido colorido de flores e coqueiros com mangas longas.	56
FOTO 22 – Vestido de renda inspirado na pele de zebra.	56
FOTO 23 – Blusa de moletom com renda aplicada.	56
FOTO 23 – Macacãozinho de renda inspirado na pele de zebra.	56

PROJETO PACTO NOVO CARIRI: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ACERCA DAS MULHERES RENDEIRAS NO CARIRI PARAIBANO

Autor: Rafael de Farias Ferreira

Orientador: Professor Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa – DGH/ UEPB

Banca examinadora: Professora Ms. Maria Aletheia Stedile Belizario – DGH/ UEPB
Professor Dr. Belarmino Mariano Neto – DGH/ UEPB

RESUMO

As profundas transformações do capitalismo neste início de século têm levantado inúmeros debates sobre o tema do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre Estados Nacionais, empresas e trabalhadores. Nessa perspectiva, este trabalho procurou analisar o modelo de desenvolvimento regional, chamado de Pacto Novo Cariri, mais precisamente em torno do Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano, que fomentava cinco associações comunitárias de mulheres rendeiras. O estudo constatou que o local é reafirmado como espaço de reprodução do sistema econômico, de acordo com as exigências da globalização, buscando responder às novas demandas de eficiência e eficácia do sistema produtivo. Através da pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se subsídios para responder ao seguinte questionamento: o projeto incorporou idéias de reverter o quadro da pobreza presente na região através da recuperação dos setores produtivos, gerando emprego e renda, ou se desenvolveu uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados? Utilizando a pesquisa participativa, na qual o pesquisador mergulha na realidade local, identificou-se que por trás da dinâmica de desenvolvimento estabelecida pelas instituições parceiras, existe um processo bem acentuado de alienação que ajuda a promover uma política assistencialista que quebra a autonomia das famílias envolvidas, realizando um controle sutil e comprometendo a sustentabilidade de todos os empreendimentos. O estudo revelou também que o projeto não obteve o sucesso esperado, pelo contrário, o mesmo ampliou um espaço de reprodução da exploração econômica e da desigualdade social.

Palavras-chave: território; mulheres rendeiras; desenvolvimento local.

RESUMEN

Las profundas transformaciones del capitalismo en este inicio de siglo tienen contribuido para que ocurran innumerables discusiones sobre el tema del desarrollo económico y sus efectos sobre Estados Nacionales, empresas y trabajadores. En esta perspectiva, este estudio ha buscado analizar el modelo de desarrollo regional llamado: Pacto Novo Cariri; Más precisamente en lo que respecta el Proyecto Renda Renascença del Cariri Paraibano, que tiene en su constitución cinco asociaciones comunitarias de mujeres tejedoras. El estudio ha observado que la localidad reafirma la reproducción del sistema económico con base en las exigencias de la globalización, buscando satisfacer las nuevas demandas de eficiencia y eficacia del sistema productivo. Así que, el estudio ha buscado a través de la investigación documental, contribuciones para que pudiéramos contestar los siguientes cuestionamientos: ¿el proyecto ha adoptado ideas para revertir la situación de pobreza presente en la región? ¿A través de la recuperación de los sectores productivos se ha producido más empleos y rentabilidad, o se desarrollo una política local de asistencia a los segmentos socioeconómicos precarios? Utilizando la investigación participativa, en la cual el investigador se adentra en la realidad local, se ha identificado que por tras de la dinámica local de desarrollo establecida por las instituciones patrocinadoras, existe un proceso de alienación que ayuda a promover una política de asistencia que rompe la autonomía de las familias que hacen parte del proyecto, realizándose un control sutil y comprometedor a sostenibilidad de todos los emprendimientos. De esta manera, el estudio muestra que el proyecto no ha obtenido el suceso esperado, al contrario, el mismo ha ampliado el espacio de reproducción de la exploración económica y de la desigualdad social.

Palabras claves: territorio; mujeres tejedoras; desarrollo local.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO RENDA RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO	15
1.1 A Globalização como Fenômeno do Capitalismo Contemporâneo	16
1.2 Pacto Novo Cariri – Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano	18
1.3 A Origem da Renda Renascença	23
1.4 O Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença	27
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CARIRI PARAIBANO	31
2.1 O Semi-Árido Brasileiro	32
2.2 O Semi-Árido Paraibano	35
2.3 O Território do Cariri Paraibano	37
2.3.1 <i>Características Naturais</i>	37
2.3.2 <i>Características Demográficas</i>	41
2.3.3 <i>Características Econômicas</i>	42
CAPÍTULO 3 – “QUANDO O BELO SE TORNA FEIO E O TRABALHO SE TORNA ESCRAVO”: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DAS MULHERES RENDEIRAS, DO FAZER ARTESANAL, DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO	44
3.1 O Processo Artesanal da Renda Renascença	45
3.2 O Fracasso do Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano e a Instauração de uma Política Assistencialista	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

As profundas transformações do capitalismo neste início de século têm levantado inúmeros debates sobre o tema do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre Estados Nacionais, empresas e trabalhadores.

Na atualidade é possível perceber uma grande preocupação em escala nacional sobre as questões socioeconômicas, políticas e culturais no que tange aos espaços territoriais urbanos, rurais e ambientais. Na tentativa de otimizar os processos econômicos que alimentam o sistema capitalista, observa-se que o conjunto das transformações que marcaram as últimas décadas ocasionou o interesse do Estado sobre o papel dos arranjos produtivos locais (APL's) nos setores que apresentam uma potencialidade econômica, como por exemplo o objeto deste estudo – as mulheres rendeiras do Cariri Paraibano que se dedicam ao ofício artesanal da renda renascença como trabalho paralelo ao da agricultura, com o intuito de complementarem a renda de suas famílias.

Nesse sentido, o estudo buscou compreender a relação do global com o local, enfatizando uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento regional integrado, chamado de Pacto Novo Cariri, mais precisamente no que se refere ao Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano. Como também identificar as dinâmicas constituídas pelos atores envolvidos e os modos de produção dos empreendimentos, até então não enfatizados nas pesquisas acadêmicas.

Não obstante, através da análise do processo histórico e das ações realizadas durante a sua trajetória, procurou-se responder ao seguinte questionamento: o projeto contemplou ações para reverter o quadro de pobreza presente na região através da recuperação dos setores produtivos, gerando emprego e renda, além da reeducação da sociedade para a preservação cultural, social e ambiental, ou se desenvolveu apenas uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados?

O estudo identificou que por trás da política de desenvolvimento estabelecida pelas instituições parceiras existe um processo bem acentuado de alienação que ajuda a promover uma política assistencialista que quebra a autonomia das famílias envolvidas, realizando um controle sutil e comprometendo a sustentabilidade de todos os empreendimentos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo teve como base a pesquisa participativa, na qual o pesquisador mergulha na esfera local com o objetivo de promover no entrevistado uma reflexão capaz de levá-lo ao reconhecimento de sua condição enquanto agente transformador da sua própria realidade. Todavia, esse processo tem demonstrado certo nível de complexidade, uma vez que a construção de um empreendimento autônomo é bastante frágil quando se está estruturado em um modelo econômico predatório e alienador que condiciona e subordina o trabalhador, transformando a liberdade em um sonho e o bem estar social em uma utopia.

Vale ressaltar que os registros documentais (atas, súmulas, agendas de reuniões, entre outros) foram imprescindíveis para a apreensão da realidade vivida pelas rendeiras do Cariri Paraibano. As entrevistas, os questionários e a convivência diária com essas mulheres subsidiaram a criticidade e o embasamento teórico do estudo que está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo discute o processo de globalização enquanto fenômeno do capitalismo contemporâneo e revela até que ponto os acontecimentos globais repercutem nos modelos econômicos desenvolvidos localmente.

O segundo capítulo realiza uma caracterização geográfica do Cariri Paraibano, destacando inicialmente as particularidades do Semi-Árido nordestino e paraibano. Ao apresentar o território do Cariri, por exemplo, são evidenciadas as características naturais, demográficas e econômicas.

Por fim, o terceiro capítulo percorre a trajetória descrita pelo Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano. Através dos gráficos e dos depoimentos colhidos ficou evidenciado o insucesso do projeto e a instauração de uma política assistencialista que aliena e subordina o trabalho das mulheres rendeiras.

CAPÍTULO 1
A RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO RENDA
RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO RENDA RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO

1.1 A Globalização como Fenômeno do Capitalismo Contemporâneo

O processo de globalização é um fenômeno de fusões e concentrações oriundas do capitalismo contemporâneo. Dado da realidade, a globalização provoca repercussões em toda a vida social, resultando num conjunto de fenômenos novos na economia e na sociedade (COSTA, 2008).

DANTAS (2003), afirma que o termo globalização tem sido usado para designar o crescente processo de integração dos mercados mundiais. Os atores hegemônicos são representados pelas corporações transnacionais, não importando o Estado-nação a que pertence, mas sim as possibilidades de acumulação que se mostram favoráveis às mesmas nos vários pontos do planeta.

Numa tentativa de síntese, Costa (2008, p. 11) sinaliza que a globalização é um processo:

De mudanças que estão impactando fortemente a política mundial, a economia, o mundo do trabalho e as tradições culturais em todas as partes do planeta, quer influenciadas pelos meios de comunicação, quer pelo poder econômico-financeiro das grandes corporações transnacionais.

Ainda segundo o autor:

A globalização incorporou inovações tecnológicas radicais que proporcionaram ao capitalismo um enorme desenvolvimento, mas o sistema global de produção não possui condições de se desenvolver plenamente em função de suas próprias contradições e, especialmente, da insuficiência mundial de demanda solvável. Quanto mais se desenvolve, mais tem dificuldades de fechar a equação produção-demanda (COSTA, 2008, p. 21).

Evidentemente, a globalização é um fenômeno que precariza a mão-de-obra e exclui parcelas significativas da população mundial. Tais conseqüências representam uma parte das mazelas impostas por este sistema excludente, que através da reprodução ampliada do capital em escala global modifica as relações de

produção e, concomitantemente, promove a internacionalização do processo produtivo.

Essa cadeia de ocorrências influencia diretamente a esfera local, na qual o global se apóia na intenção de configurá-la como parte de um todo, se tornando, desta forma, intrinsecamente ligados, ou seja, a organização local torna-se componente estrutural de um processo de natureza global (DANTAS, 2003).

Neste sentido, muitos autores divergem ao discutir a relação local/global. Pois da mesma forma que a globalização por um lado pode representar o fim da geografia, ou a anulação do espaço, ocasionando a “desterritorialização”¹ das atividades humanas, bem como a “despersonalização”² do lugar enquanto singularidade, ela também, por outro lado, pode reafirmar a dimensão espacial, bem como revalorizar o local (ALBAGLI, 1999).

Dantas (2003), ao citar John Bryden (1998), descreve como a integração local/global pode abrir espaços a partir dos nichos de mercado para o desenvolvimento de áreas rurais, direcionando as novas ameaças e oportunidades que a globalização representa ao local. Essa integração se dá através de respostas concretas que funcionam como estratégias do fomento dos médios e pequenos empreendimentos. Dentre os fatores que estão na base destas respostas locais, a autora menciona:

A reatualização da análise do contexto local; o reforço das parcerias locais, a maximização local do valor agregado de bens e serviços; o posicionamento nos nichos de mercado; o reforço das ligações entre o “local” e o “global”, o melhor uso das tecnologias de informações e comunicação; a reestruturação do setor primário e a diversificação dos rendimentos agrícolas; a exploração de novas fileiras turísticas; o desenvolvimento de atividades ambientais; a mudança nos comportamentos (DANTAS, 2003, p. 26).

A partir dessa compreensão, pode-se concluir que “o local é reafirmado como espaço de reprodução do sistema econômico, de acordo com as exigências da

¹ A desterritorialização para Sarita Albagli é um processo que caracteriza a perda ou o desaparecimento dos territórios, ocasionado por uma ação de desordem, de fragmentação para buscar encontrar novos saberes que irão se refletir nas configurações e movimentos da sociedade global.

² O termo “despersonalização” caracteriza a perda da identidade cultural, dos elementos que compõem a dinâmica de um lugar, ou seja, quando o processo de globalização altera de forma agressiva a dinâmica do lugar.

globalização, buscando responder às novas demandas de eficiência e eficácia do sistema produtivo” (DANTAS, 2003, p. 26).

Ao responder as demandas, o local se estrutura nas bases de um modelo econômico de desenvolvimento, no qual este pode ser materializado frente a um movimento que globaliza a economia e amplia espaços de colonialismo cultural. Nesse contexto, observa-se o surgimento de uma nova dinâmica local que acaba provocando a disputa entre os projetos de reforma de Estado e de novas formas de regulação, que conseqüentemente ocasiona um novo desenho da relação Estado, mercado e sociedade (COELHO, 2001, p. 61).

A partir da importância de compreender este movimento de dinâmicas internas que segue em direção a uma economia global, o próximo item evidenciará o modelo de desenvolvimento econômico implantado no território do Cariri Paraibano. Ao analisar as estratégias de desenvolvimento do modelo que recebeu o nome de “Pacto Novo Cariri”, poderemos observar se o mesmo constitui uma política de independência e autonomia aos empreendimentos acerca do Arranjo Produtivo da Renda Renascença, ou uma ação assistencialista que fragmenta, flexibiliza, desregulamenta e precariza o mundo do trabalho das mulheres rendeiras.

1.2 Pacto Novo Cariri – Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano

As profundas transformações do capitalismo neste início de século têm levantado inúmeros debates sobre o tema do desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre Estados Nacionais, empresas e trabalhadores.

Nessa perspectiva, o estudo buscou compreender a relação do global com o local, enfatizando uma discussão sobre os eixos que norteiam o modelo de desenvolvimento regional integrado e sustentável, chamado de Pacto Novo Cariri, mais precisamente no que se refere ao Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano.

Não obstante, através da análise do processo histórico e das ações realizadas entre 2005 e 2007, procurou-se responder ao seguinte questionamento: o projeto contemplou ações para reverter o quadro de pobreza presente na região através da recuperação dos setores produtivos, gerando emprego e renda, além da reeducação da sociedade para a preservação cultural, social e ambiental, ou se

desenvolveu apenas uma política local assistencialista dos segmentos socioeconômicos marginalizados?

O desenvolvimento econômico local é uma estratégia organizacional fundamentada numa visão empresarial. Muitos são os teóricos que discutem o seu conceito e as suas principais abordagens. Para Zapata *et. al.* (2004), trata-se de um processo que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões, novas práticas e posturas em diversas partes do mundo.

Diante desse contexto a Itália pode ser citada como um bom exemplo, ou seja, a partir dos anos 90, em razão da estratégia europeia de reforço dos programas de descentralização para as regiões, do acirramento da competição entre elas e das próprias dificuldades encontradas pelos sistemas econômicos locais, foi criado um campo propício para a implantação de políticas de desenvolvimento local e das políticas descentralizadas, conforme destaca Tapia (2005, p. 135):

Na Itália, a discussão e a adoção de estratégias de desenvolvimento local sob a forma de pactos territoriais e de responsabilidade de atores locais ocorreram na metade dos anos 90. Mais precisamente, a partir de 1995, com a lei n.º. 341/95, o governo italiano decidiu 'ativar uma série de instrumentos específicos de *programmazione negoziata*', para desenhar programas locais que envolvessem uma multiplicidade de atores públicos e privados e uma gestão unitária dos recursos financeiros.

Ainda segundo o autor:

Essa decisão significou uma mudança na orientação da política de desenvolvimento regional e local, cuja característica principal era o de ter um caráter de alocação de recursos automático e assistencial. Mesmo nos projetos financiados pelos fundos europeus não havia a participação de atores sociais seja na fase de formulação dos projetos, seja na de escolha dos instrumentos de implementação das políticas inovadoras (TAPIA, 2005, p.135).

Desta forma é importante salientar que os pactos territoriais na Itália se definem como uma política de desenvolvimento endógeno que visa à promoção de estratégias de desenvolvimento local nas áreas economicamente desfavorecidas. Em contrapartida, na maioria das vezes percebe-se que essa política baseia-se no assistencialismo como forma de incentivar a constituição de uma coalizão política e econômica na esfera local.

Nesse contexto, Zapata *et. al.* (2004) acrescentam que o local (re)surge impulsionado pela globalização e que esta se nutre das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios a partir de

suas potencialidades e identidades. Sendo assim, a hegemonização das políticas neoliberais e a emergência de um novo paradigma de acumulação encontram na escala local a flexibilidade necessária para a sua reprodução.

No Brasil, o desenvolvimento local como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80. No entanto, o local (visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento ou como base de uma nova visão de desenvolvimento) somente surge na década de 90, quando são exercitadas diversas experiências de desenvolvimento local apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais (ZAPATA *et. al.*, 2004).

Segundo Coelho, 2001 *apud* Dantas (2003, p.24):

A noção de desenvolvimento local é posta como uma ação coordenada, descentralizada e focalizada que visa ativar e melhorar, de maneira sustentável, as condições de vida dos habitantes de uma localidade. Por sua vez, o desenvolvimento estimula a ampla participação dos atores relevantes deste processo.

Para Coelho (2001, p. 57):

O desenvolvimento econômico local funciona como constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Como forma de garantir a eficiência dos circuitos de produção, circulação e comercialização, as instituições vão buscar em um determinado espaço vantagens competitivas. Esse espaço é instituído a partir do conjunto de fixos e fluxos tão bem definido por Santos, ao afirmar que:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados quem recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (2002, p.61-62).

Nesse sentido, o conceito de território está muito ligado a idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, é possível falar do poder das instituições governamentais ou do poder das grandes corporações capitalistas que estendem os seus tentáculos por vastas áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Território e região, como dois conceitos-chave da Geografia, precisam andar juntos e são mesmo indissociáveis. Assim, pode-se considerar que as dinâmicas que denominadas de des-territorialização (com hífen, respeitando o primeiro “teorema” da desterritorialização de Deleuze e Guattari [1980]) estão intimamente vinculadas e devem, por isso, ser consideradas em qualquer processo de regionalização, ou seja, a construção e destruição de regiões é indissociável da construção, da destruição e da reconstrução de territórios (HAESBAERT, 2005, p. 16).

Com efeito, torna-se relevante afirmar que o desenvolvimento local surge nos territórios como uma forma de oportunizar a formação de cadeias produtivas, tornando-as economicamente viáveis. Tal observação justifica o processo de construção do Pacto Novo Cariri que, segundo Oliveira *et. al.* (2005), ocorreu devido a decadência estrutural das atividades produtivas regionais por causas externas (substituição dos produtos naturais, a exemplo do algodão, por matérias-primas de base sintética) e internas (disseminação de pragas e doenças nas lavouras do algodão, perda de competitividade provocada pelo atraso tecnológico, etc.).

Conseqüentemente, tais deficiências ocasionaram endividamento, pobreza, êxodo rural e exclusão social. Como resultado, a região teve que conviver por várias décadas com estruturas econômicas estagnadas, o que contribuiu para a perda de posições importantes no cenário regional e estadual.

Devido a essas circunstâncias, os agentes políticos locais procuraram alternativas capazes de mudar este cenário desestruturado, alternativas essas que passaram a integrar um modelo de desenvolvimento que desencadeou a soma de esforços entre instituições públicas e privadas em parceria com a sociedade civil organizada e com as pessoas da própria comunidade, que enxergaram possibilidades de um desenvolvimento mais digno e mais humano para os empreendedores da região a partir de vocações e potencialidades já existentes, a exemplo da caprinovinocultura e do artesanato.

Desta forma, Oliveira *et. al.* (2005, p. 09) relatam que:

O Pacto Novo Cariri surgiu de modo informal, sem carta escrita, estruturação, dirigentes, sede. É um acordo de cidadania, celebrado entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo, em seus três níveis (Federal, Estadual e Municipal), para estruturar uma nova governança, com a gestão compartilhada das ações e atividades para o desenvolvimento sustentável do território.

Albagli (1999, p. 196), lembra ainda que:

O local representa, nesse contexto, uma fronteira experimental para o exercício de novas práticas (Becker, 1997) e para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades, frente às exigências colocadas por problemas de âmbito global, cujo enfrentamento depende em grande medida de intervenções que se realizem em nível do local. O local constitui-se assim em espaço de articulação – ou de síntese – entre o moderno e o tradicional, sinalizando a possibilidade de gestarem-se, a partir das sinergias produzidas por essas interações, soluções inovadoras para muitos dos problemas típicos da sociedade contemporânea.

Nessa concepção, pode-se observar que para constituir medidas de intervenções que gerem sinergias e interações, o modelo de desenvolvimento econômico precisa estar embasado em um foco estratégico de desenvolvimento local, que segundo Coelho (2001), é fomentado a partir de uma especificidade e uma intencionalidade.

Uma especificidade na medida que o desenvolvimento econômico sempre foi pensando a partir de uma ação macro, centrada em políticas econômicas da esfera federal. Colocar a constituição de uma ambiência econômica local significa repensar toda teoria de desenvolvimento e relacioná-la com sua dimensão territorial. Com o intenso processo de geração de interatividade e uma velocidade exponencial crescente em termos de comércio, finanças e informação, e com as mudanças políticas associadas a modificações radicais de arranjos institucionais (COELHO, 2001, p. 57-58).

A partir desta abordagem, percebe-se que o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano possui uma ação macro que se revela na organização da conjunção de potencialidades. O mesmo estimula o trabalho coletivo por meio de associações, cooperativas e consórcios que possibilitam o desenvolvimento econômico regional.

Os programas voltados para o desenvolvimento da caprinovinocultura são considerados um bom exemplo dessa estratégia. Os proprietários rurais recebem o apoio local por meio de capacitações, financiamentos e acompanhamento técnico; o Estado juntamente com o governo federal propicia a infra-estrutura para tal beneficiamento através das instalações das usinas de leite, produzindo derivados e comercializando a produção com os programas governamentais e com o mercado livre. Essa cadeia de ações mostra o quanto o local esta interligado com o macro, dando ênfase a relação local/global.

Em relação à intencionalidade Coelho (2001, p. 58) escreveu o seguinte:

Intencionalidade, em segundo lugar, porque o desenvolvimento local aparece nesse debate como uma noção relativa diante do global, como uma resposta da sociedade a essas mudanças avassaladoras e como a constituição de sujeitos sociais locais com capacidade de intervenção.

Partindo de uma concepção integral e integradora de desenvolvimento, afirmando o singular e as singularidades estruturais num cenário de intensa fragmentação territorial, a promoção do desenvolvimento fica entregue ao esforço dos atores locais.

É notável que o Pacto Novo Cariri tenha como especificidade ampliar, através de suas potencialidades, a maximização local do valor agregado de bens e serviços, ou seja, demanda e oferta dos produtos gerados localmente. Tendo em vista que a produção de tais elementos está ancorada no território, este assume uma importância sem igual, uma vez que funciona como palco para a atuação dos agentes sociais e como fornecedor dos recursos naturais indispensáveis ao trabalho humano. Em relação à intencionalidade, o Pacto Novo Cariri almeja demarcar o seu território como potência econômica representativa do Estado da Paraíba, se tornando um espaço significativo no desenvolvimento econômico estadual, regional e nacional, alimentando ainda as redes que se integram ao global.

Oliveira *et. al.* (2005), ressaltam que o foco estratégico do Pacto Novo Cariri está norteado por decisões plurais, constituindo uma demanda cujas prioridades são o interesse social, a quantidade de famílias participantes, a capacidade de geração de ocupação e renda, o resgate às práticas de convivência com o semi-árido e o dimensionamento territorial.

Com o intuito de atingir os trinta e um municípios que formam a região do Cariri Paraibano, o Pacto Novo Cariri ordenou a demanda social em um Programa de Desenvolvimento denominado PROCARIRI. O mesmo apresenta vários projetos direcionados aos seguintes enfoques: caprinovinocultura; diversificação da base agrícola; desenvolvimento de micro e pequenas empresas; mobilização e capacitações das comunidades; modernização gerencial e fortalecimento institucional da administração pública; preservação e gestão ambiental; artesanato, turismo e cultura. Vale ressaltar que todos esses empreendimentos apresentam ações de inclusão social. Oliveira *et. al.* (2005, p.10) destacam ainda que o PROCARIRI:

Permite a organização da gestão espacial e proporciona a formação e desenvolvimento de bases associativas, trabalho com famílias rurais e urbanas. Estimula o empreendedorismo, dá uma nova feição a velhos problemas, introduz novas ações em uma região que precisa reordenar seus horizontes, reconquistar posições, avança no seu destino histórico com sinergia em modelo globalizado, competitivo, mas que proporciona oportunidades para que os que são competentes, diferenciados. O Novo Cariri apresenta potencialidade, direções firmes, para trilhar pelo caminho dos bem sucedidos.

Sendo assim, a próxima parte deste estudo refletirá sobre o enfoque dado ao artesanato, em particular ao Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença, analisando como este modelo funciona nas comunidades potencializadas e, principalmente, como o grupo envolvido (as mulheres rendeiras) está sendo integrado neste processo de desenvolvimento.

1.3 A Origem da Renda Renascença

Historicamente, a renda pode ser muito antiga, caso consideremos como exemplo algumas espécies de tramas de fios produzidos ainda no período neolítico. Porém, na forma de sua configuração atual, a renda renascença, artesanato têxtil é relativamente recente tendo em vista que a história começa a apontar indícios de seu surgimento entre os séculos XV e XVI, com Flandres e Itália reivindicando sua paternidade. Posteriormente a Itália, na ilha de Burano em Veneza conseguiu patentear o fazer da renda renascença como símbolo artesanal italiano (NÓBREGA, 2005).

Seu nome está diretamente relacionado ao período de sua invenção, o *Renascimento*. Nery (2009) ressalta que este momento histórico valorizou o uso dos “investimentos”³, pelos quais a moda tomava, pela primeira vez, o sentido de mudança constante, destacando a função social do indivíduo, seu formato social, o que se dava, em grande medida, por meios dos trajes.

A produção artesanal da renda renascença se manteve no domínio de competência feminina devido a delicadeza do tecer dos pontos. Tal atividade têxtil era considerada artigo de luxo, não sendo exclusivamente utilizada para compor as vestimentas das mulheres (ao contrário dos dias atuais, onde prevalece a aplicação da renda em roupas femininas), havendo destaque nas suntuosas peças desse artesanato em trajes masculinos.

Henrique II, rei da França, foi uns dos grandes incentivadores da renda usando-a excessivamente na composição de *fraise*, uma espécie de colarinho rígido e plissado. Esta peça foi utilizada pelo rei para ocultar uma cicatriz que possuía no pescoço. E por seu uso na realeza tornou-se moda sendo amplamente usado na época. E foi apenas reinados depois a *fraise*

³ Segundo sublinha Adriana Valesse, 2006 *apud* Nery (2009, p. 5), a palavra “investimento” tem sua origem no termo italiano *in vestito*, pois os investimentos de valores nos termos da autora, eram feitos nos vestidos, isto é, nos trajes.

foi substituída pela gola de renda que caíra sobre os ombros (NÓBREGA, 2005, p. 33).

No entanto, a partir do século XVII segmentos da burguesia começam a “invadir” o mundo aristocrático e usar seus trajes. No século seguinte os trajes foram marcados pela renúncia masculina aos enfeites, o que se deu em nome de uma aparência mais sóbria. Isso porque o mundo burguês conturba as fronteiras de classe traçada pela indumentária, ao mesmo tempo em que os liberais vêm no comércio de vestimentas um especial motor para o desenvolvimento econômico, iniciando-se a decadência dos artesanatos têxtil (Nery, 2009).

Em paralelo, no século XIX, desenvolve-se o consumo no sentido moderno, ou seja, não discriminado em simples função de determinação legal ou pertencimento de classe, mas pela habilidade de escolha. A estratégia distintiva estava centrada na simplicidade elegante (refinamento) e, desta forma, no modo de adquirir, ter e, especialmente, usar os trajes – mais do que na roupa em si, enquanto objeto. A diferença paulatinamente se estabelece não mais por nascimento, e sim por conhecimento. Se a produção industrial permite a aquisição em massa de trajes igualmente inspirados nas modas lançadas pelas camadas mais favorecidas, ao mesmo tempo em que os novos ricos mantinham na exuberância aristocraticamente instituída seu ideal, a burguesia busca agora se distanciar de ambas as camadas e, em fundamental contraposição à produção industrial de roupas, acaba por glorificar como prestigioso o traje sob-medida; isto é, o luxo em moda, como afirmado anteriormente, mantém-se associado ao trabalho artesanal. A alta costura é, pois, primordialmente burguesa, o que contribui para os receios a ela dirigidos e para a negação de seu caráter “artístico”. Nesse sentido, o panorama que se tem no século XIX está assentado na oposição fundamental entre produção industrial e alta costura (NERY, 2009, p.12).

Por outro lado, nesse mesmo período, a renda renascença encontrou terreno fértil em várias Estados do Nordeste e do Sul do Brasil, transformando-se hoje em um grande patrimônio cultural nacional (Nóbrega, 2005).

Na região do Nordeste brasileiro, este artesanato é responsável pela inserção da mulher no mundo do trabalho e da sua condição de chefe de casa no território do Cariri Paraibano.

No quadro 1, o autor supracitado destaca as origens desse fazer artesanal no Estado da Paraíba, especificamente na região objeto dessa pesquisa – o Cariri Paraibano.

A edificação batizada de Convento Santa Teresa, em Olinda, Pernambuco, no século XIX, foi ocupado por religiosas francesas da congregação *Filhas da Caridade*. Essas religiosas eram famosas por produzirem um excelente bordado e, principalmente, por serem as únicas da região e das cidades circunvizinhas a confeccionarem peças artesanais de renda renascença, que por esse motivo eram raras e, portanto, de alto preço. Por sua carestia, tinham um grande valor simbólico, dando status a quem as possuísem e por isso, eram muito requisitadas pela elite da região nordestina, sendo uma peça indispensável na composição dos enxovais das ricas noivas. Esse saber fazer artesanal foi por séculos um segredo conservado entre as freiras francesas, que se preocupavam em manter essa atividade exclusivamente praticada dentro das paredes de seu convento. Porém, na década de 30, no século XX, esse domínio de conhecimento artesanal caiu em poder das mulheres pobres da região através das articulações de uma paraibana, Elza Medeiros, conhecida popularmente por Lala. Em Poção, Pernambuco, Lala procurou fazer novas amizades, nas quais, uma foi decisiva para a história da renda renascença no Cariri Paraibano: o de sua amizade com uma jovem conhecida como Maria Pastora. Maria Pastora trabalhava para as freiras francesas em Olinda, no convento Santa Teresa. Por ser muito lenta a produção de renda renascença, e como as religiosas tinham sempre como determinação nunca atrasarem a entrega de um pedido, elas comumente recorriam a Maria Pastora para auxiliá-las na conclusão das peças, lógico que elas queriam tudo no maior sigilo. No entanto, a mãe de Maria Pastora estava convalescida e necessitava de cuidados, e isso fez com que Maria Pastora regressasse a Poção e com ela levasse uma colcha do enxoval de uma rica noiva pernambucana, para concluir e não atrasar a data de entrega, que já estava muito próxima. Mesmo com todo o esforço, Maria Pastora previu que o tempo de que dispunha não seria suficiente para finalizar o trabalho, e para agilizar a feitura da renda, decidiu quebrar o segredo sobre o processo de produção do artesanato e ensina-lo para Lala, e assim, poderia dispor de sua ajuda para finalizar a renda. A jovem artesã recomendou que Lala mantivesse o processo de fabricação em sigilo, mas sua ajudante tivera outros objetivos. Era chegado o momento da renda renascença se espalhar pelos quatro cantos da região. Nesse mesmo período, o nordeste passava por uma grande seca e sua população era castigada pelos seus efeitos. Lala, diante do quadro de calamidade causado pela seca na época teve a iniciativa de repassar o que aprendera com Maria Pastora para outras pessoas, gerando trabalho e renda para muitos. Em um salão amplo, ainda em Poção, iniciou ensinando as mulheres pobres da região a produzirem peças de renascença. Os artefatos produzidos pelo grupo eram comercializados por Lala, e como o número de encomendas vinha aumentando gradativamente, Lala produzia com suas “alunas” e vendia a produção na cidade de Pesqueira, em Pernambuco, passando a comercializar tempos depois também na capital, Recife. Com os anos decorridos e a renda se mostrou uma alternativa econômica muito promissora, que desencadeou novas comerciantes e artesãs na região. O clima e as terras do Cariri nunca foram bons para o plantio, e é justamente por isso que foram férteis para o enraizamento da renascença. Férteis porque a renda era uma alternativa econômica viável, porque havia ali mulheres de todas as idades dispostas ao trabalho, ansiosas para mudarem a condição de vida de suas famílias. A renda, quando começou a se expandir, foi por muito tempo o único meio de vida, não só da comunidade de Poção, mas de várias cidades circunvizinhas, chegando a alguns municípios paraibanos, onde se popularizou com o nome de renascença. Na Paraíba, a renda chega em meados dos anos 50 pelas mãos de algumas mulheres que residiam nos municípios de Camalaú, São João Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê, que na época eram distritos do grande município de Monteiro.

QUADRO 1 – A Chegada da Renda à Paraíba

Fonte: NÓBREGA (2005).

1.4 O Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença

O Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença se formou a partir da integração dos atores institucionais, os quais direcionaram um plano de ação com o intuito de organizar as mulheres rendeiras que utilizam de suas habilidades manuais para complementar a renda familiar. Esse fazer artesanal pode ser encontrado na região há pelo menos sete décadas, sendo reflexo de uma realidade cheia de dificuldades e necessidades que as famílias caririzeiras enfrentam até hoje devido aos fenômenos desencadeados pela seca. De acordo com Nóbrega (2005, p. 71):

A relação de intimidade do homem com o campo sempre foi intensa na região do Cariri. Até hoje, muitas mulheres se dedicam ao ofício artesanal como trabalho paralelo ao da agricultura, com o intuito de complementarem a renda de suas famílias plantando milho, feijão, algodão, melancia, jerimum, maxixe e melão. Outras tantas têm na renascença sua única fonte de renda e é também por isso, que esse artesanato é tão valioso para a localidade.

Oliveira *et. al.* (2005, p. 79), comentam que “a atividade artesanal da renda renascença frequentemente representa a única fonte de receita para um expressivo número de famílias do Cariri Paraibano”. Com efeito, a partir do ano 2000 essa atividade começou a se tornar um importante suporte econômico para a região, além de se constituir em uma atração para o crescimento do turismo.

O Programa de Desenvolvimento da Renda Renascença foi implantado em 4 municípios do Cariri – Monteiro, Zabelê, Camalaú e São João do Tigre e contou com a participação das prefeituras locais, associações de moradores, SEBRAE e outras instituições.

Nas oficinas instaladas, as mulheres com idade entre 12 e 18 anos recebem orientações baseadas nas memórias de ofícios de rendeiras da região, para mostrar, através dos seus trabalhos, os traços da cultura, das crenças, dos costumes e das tradições do povo nordestino (**Fotos 1 e 2**). Além da importância do aprender, essas oficinas valorizam a transmissão dos conhecimentos e a pesquisa sobre a renda renascença, realizando o resgate da memória de ofício, pelo qual foram identificados mais de 60 tipos de pontos de renda renascença (OLIVEIRA *et. al.*, 2005).

A partir de 2000, o Governo do Estado através do Projeto Cooperar realizou consultorias e reuniões com as rendeiras dos municípios de Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre e Camalaú para viabilizar, em conjunto com o Banco Mundial, o repasse de recursos necessários à consolidação da infra-

estrutura do projeto. Na oportunidade, foram construídos cinco prédios, também chamados de “casas das rendeiras” pelas artesãs (**Fotos 3 e 4**). Esses locais serviram de base para as seguintes associações:

- a *Associação dos Artesãos de São do Tigre (ASSOARTI);*
- a *Associação dos Produtores de Arte de Zabelê (APAZ);*
- a *Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP),*
- a *Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro (ADART);*
- a *Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM) (Figura 1).*

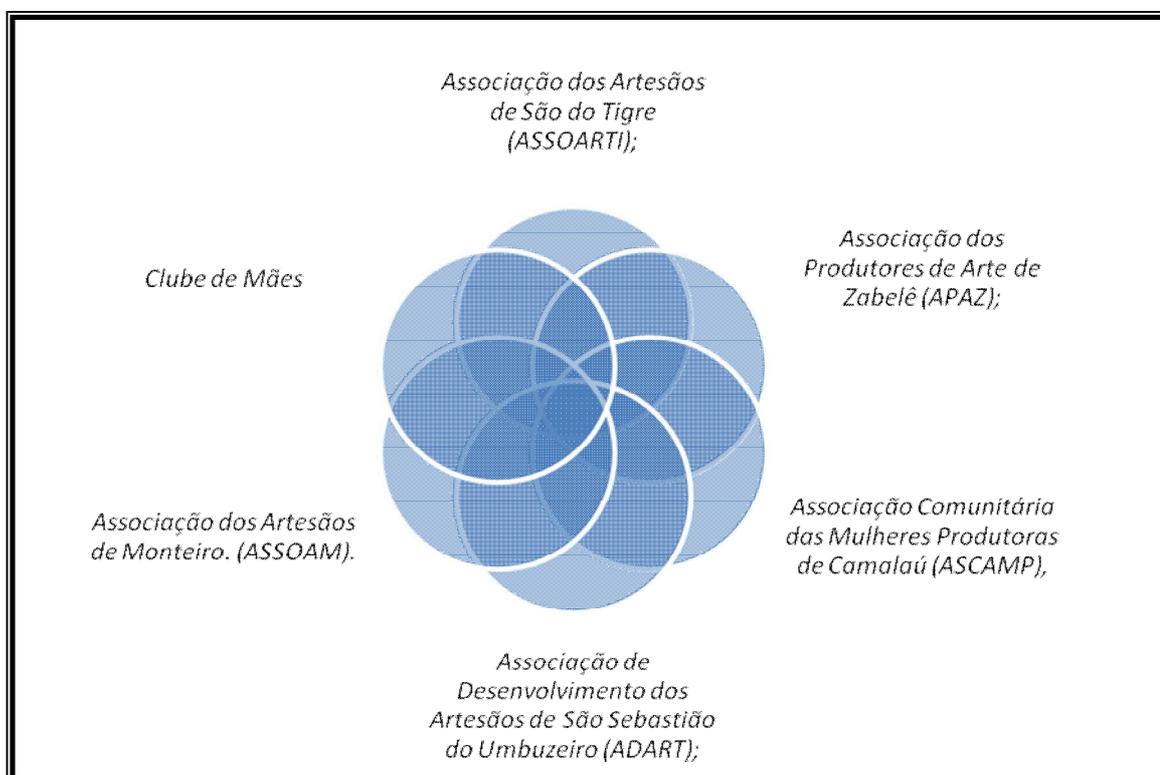


FIGURA 1 – Cadeia Produtiva da Renda Renascença do Cariri Paraibano
Elaborada pelo autor.

A associação construída em Monteiro foi transformada em *casa-pólo*, tendo em vista a centralidade que o município representa para a região e a facilidade de acesso por rodovias bem pavimentadas. Essa denominação, assim como a diferenciação desta casa em relação as outras (sendo a única não padronizada), gerou em algumas rendeiras certo mal estar que foi agravado pela competição desencadeada entre elas.

Mediante os fatos, o projeto procurou resgatar a identidade cultural do fazer artesanal da renda renascença, como também qualificar a mão-de-obra dessas jovens para que as mesmas incorporassem a cadeia produtiva que fomentaria o Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano. Na verdade, essas mulheres representam o segmento mais valioso do projeto, o capital humano no dizer de Marteleto e Silva (2004): o capital humano engloba as habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras características pessoais e o esforço despendido, aumentam as possibilidades de produção e de bem-estar pessoal, social e econômico.

Em 2005, o SEBRAE juntamente com outros parceiros (prefeituras municipais, Banco do Brasil, Projeto Cooperar e Programa de Artesanato Paraíba em Suas Mãos), iniciaram o GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados) da Renda Renascença, ou como era conhecido popularmente Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano.

Esta forma de gestão é uma das características marcantes no que se refere à lógica dos modelos de desenvolvimento local. No caso da renda renascença, percebe-se que a cultura local contribui para a geração de uma potencialidade econômica. Sobre esse aspecto, Panhuys (2006, p. 22) adverte:

O fortalecimento do cultural é seguido por uma invasão do econômico e do político nas esferas de atividades que até então, haviam preservado uma relativa autonomia. Doravante, quase todas as empresas, autoridades e organizações investem e se responsabilizam no que diz respeito ao sociocultural. Procedendo assim, elas contribuem não somente a valorizá-lo ou a desvalorizá-lo, como também a instrumentalizá-lo, para o melhor ou o pior.

Diante desta afirmativa o autor evidencia os riscos que os grupos setoriais estão sujeitos a sofrer, pois estes modelos de desenvolvimento são constituídos a partir de uma lógica capitalista, lógica esta que pode ser favorável ou não aos empreendimentos apoiados. Ao se referir às empresas que investem em um determinado programa social, Panhuys (2006, p. 22-23) comenta que:

Elas tentam assim controlá-lo, para produzir a partir dele espetáculos com apoio de patrocinadores e da mídia, outras vezes, bens culturais mercantilizados, ou inseridos no sistema financeiro (WARNER, 1999, 2000). De modo mais perverso ainda, elas podem ao servir do sociocultural como pretexto ou trampolim para as ações de caráter político, integristas ou mafioso, até mesmo, genocida nos planos humano e ambiental.

Não obstante, o que deveria ser a capacidade de a própria sociedade promover iniciativas comunitárias, orientadas para a redução do desemprego, incremento da renda e, inclusive, maior produtividade e eficiência, se converte em oportunidade para o Estado e para as empresas capitalistas fortalecerem os seus interesses e suas visões dominantes sobre as alternativas de desenvolvimento (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

A partir dos depoimentos das mulheres rendeiras foi possível constatar que o desenvolvimento econômico local realizado no Arranjo Produtivo da Renda Renascença do Cariri Paraibano baseou-se no assistencialismo e na ênfase de incentivar a constituição de uma coalizão política e econômica na esfera local.



FOTO 1 (canto superior esquerdo) – Rendeira do município de Camalaú tecendo um *xale memória*.
FOTO 2 (canto superior direito) – Rendeira da Associação de Monteiro tecendo aplicação de renda.
FOTO 3 (canto inferior esquerdo) – Mulheres rendeiras reunidas na casa de São João do Tigre.
FOTO 4 (canto inferior direito) – Mulheres rendeiras da Associação de São Sebastião do Umbuzeiro.
Fotos e arquivo: Mano de Carvalho, julho de 2006.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CARIRI PARAIBANO

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CARIRI PARAIBANO

2.1 O Semi-Árido Brasileiro

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2009), a região Semi-Árida do Nordeste define-se pela grande variabilidade e pela vulnerabilidade climática, passando por distintas delimitações. Com efeito, essa região,

Caracteriza-se basicamente pelo regime e pela quantidade de chuvas, definido pela escassez, pela irregularidade e pela concentração das precipitações pluviométricas. Na região Semi-Árida, as chuvas anuais vão de um mínimo de 400 mm a um máximo de 800 mm ao ano. A pluviosidade é concentrada em um curto período de cerca de três meses, durante o qual ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de curta duração. A agricultura familiar explorada em áreas com essa característica chega a oferecer sustento mínimo para as famílias nos períodos de chuva, mas está sujeita a perdas totais na época de seca (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009, p. 10).

Segundo Mendes (1992), o Semi-Árido localiza-se predominantemente no interior do Nordeste, atingindo ainda o Litoral setentrional dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Compreende uma imensa área que corresponde a 54% da Região Nordeste.

Em 10 de março de 2005, o Ministério da Integração Nacional instituiu uma delimitação do Semi-Árido Brasileiro, tomando-se por bases técnicas três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (UFCG, 2008, p.13-14).

Com essa atualização, a área classificada oficialmente como Semi-Árido brasileiro aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km, um acréscimo de 8,66% (**Mapa 1**). Minas Gerais teve o maior número de inclusões na nova lista - dos 40 municípios anteriores, saltou para 85 (variação de 112,5%). A área do Estado que fazia parte da região era de 27,2%, tendo aumentado para 51,7%. Os 1.133 municípios integrantes do novo Semi-Árido brasileiro se beneficiarão de bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste (FNE), enquanto no restante da Região Nordeste esse percentual é de 15%. Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% dos recursos deste Fundo sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do Semi-Árido, o que certamente representa um estímulo à atração de capitais e à geração de emprego na região (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).



MAPA 1 – Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro
Fonte: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2010) a maior parte do Semi-Árido tem características físico-ambientais que limitam seu potencial produtivo, como a evapotranspiração elevada, ocorrência de secas de longa duração, solos de pouca profundidade, alta salinidade, baixa fertilidade e capacidade de retenção de água reduzida. Nesta região se encontram também os indicadores sociais mais alarmantes do Brasil.

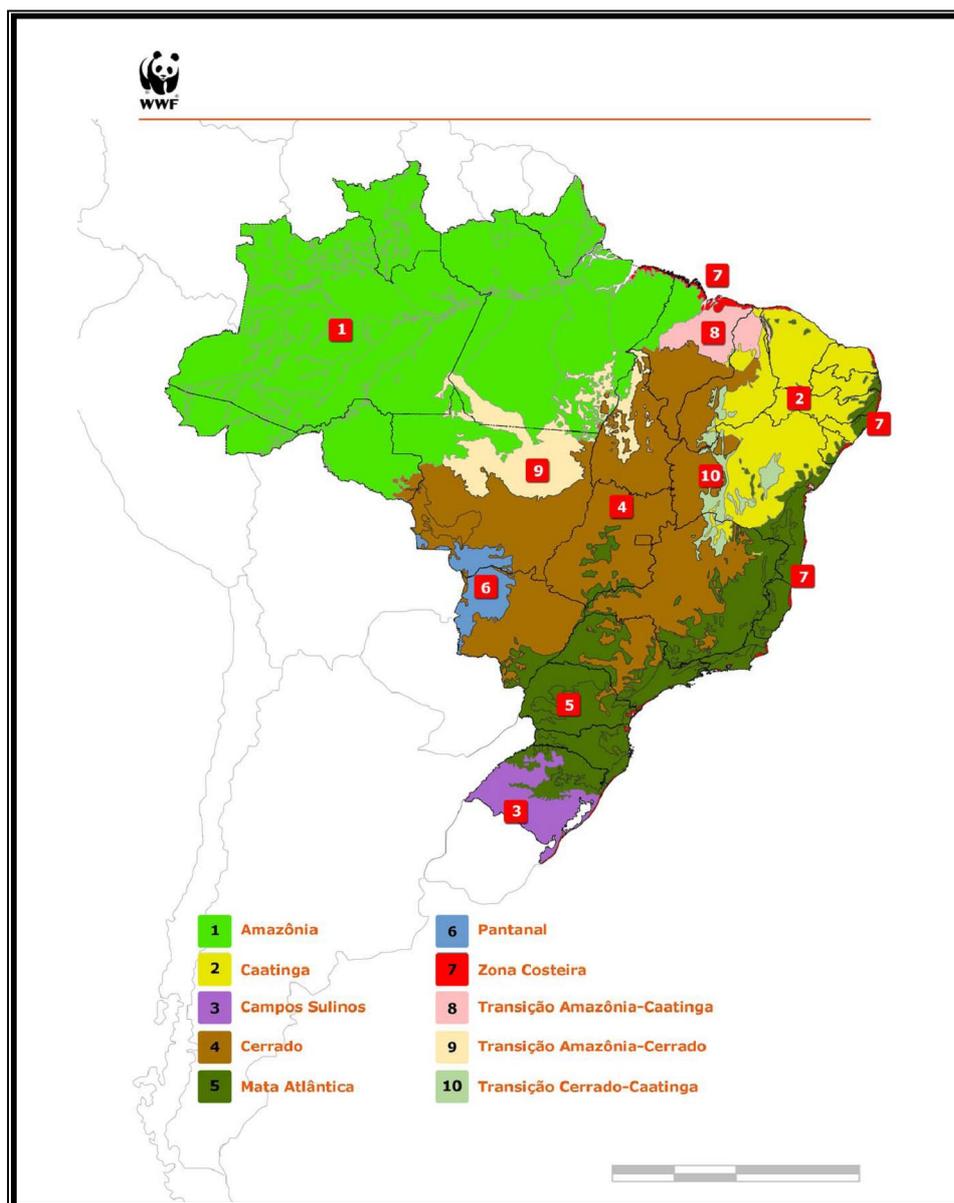
As temperaturas médias anuais são elevadas (23° a 27°C) e apresentam amplitudes térmicas diárias de 10°C, mensais de 5 a 10°C e anuais de 1° a 50°C. A insolação apresenta média anual de 2.800 horas/ano; a umidade relativa média anual é de 50% e a evaporação média anual é de 2.000 mm/ano (UFCG, 2008).

Quanto aos aspectos hidrogeológicos, a região caracteriza-se por apresentar basicamente dois substratos: terrenos cristalinos, praticamente impermeáveis, ocupando 50% da área, e terrenos sedimentares bastante dissecados, que influenciam decisivamente nos volumes de água economicamente exploráveis. O relevo varia de suave a acentuadamente ondulado, com baixa capacidade de armazenamento de água (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

A cobertura vegetal, embora de predominância xerófila, é extremamente diversificada, identificando-se para o Semi-Árido a formação predominante conhecida como Caatinga (**Mapa 2**).

A Caatinga ocupa quase 10% do território brasileiro, com 736.833 quilômetros quadrados, abrangendo os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais. Ela é típica das áreas dominadas pelo clima Semi-Árido, cujos solos são rasos e pedregosos, embora relativamente férteis. Dada a sua alta biodiversidade, o bioma é considerado rico em recursos genéticos (WWF, 2010).

A diversidade de fatores ecológicos localizados no Semi-Árido chega a ser tão rica que encontram-se outras comunidades, tais como Cerrados, Matas Secas e Matas Ciliares. A fauna local é predominantemente formada por animais de pequeno porte e de hábitos notívagos. Sua diversidade, enquanto restrita pela adversidade climática, é estimulada pela heterogeneidade de micro habitantes existentes na região. Atualmente, além das já extintas, muitas espécies se encontram ameaçadas de extinção, fruto da caça predatória e de subsistência, dos desmatamentos e queimadas que destroem suas áreas de nidificação e alimentação, alterando profundamente seu nicho ecológico (WWF, 2010).



MAPA 2 – Biomas do Brasil

Fonte: www.wwf.org.br

2.2 O Semi-Árido Paraibano

Em relação ao Semi-Árido Paraibano, uma característica que preocupa os estudiosos é o processo de desertificação, cuja área afetada é bastante significativa, conforme destaca Pereira (2008, p. 100):

O relatório “mudanças de Clima, Mudanças de Vida”, elaborado pelo Greenpeace, revela que a Paraíba é o Estado do Nordeste mais atingido pelo processo de desertificação do tipo muito grave, afetando diretamente mais de 653 mil habitantes. De acordo com a ONG, em 70% do território da Paraíba ocorre o processo de desertificação, atingindo municípios que abrigam um total de 1,66 milhões de pessoas. Destacou que, na Paraíba, a sub-bacia hidrográfica do rio Taperoá, no Cariri Paraibano, apresenta um

processo significativo de desertificação no município de São João do Cariri. Já o município de Cabaceiras também apresenta áreas comprometidas. De acordo com o Relatório, “há perda da biodiversidade e êxodo rural. Em função da severidade climática e do desmatamento para o uso agropecuário, vem aumentando a área de caatinga baixa e rala na região”. Esse tipo de vegetação degradada ocupava 2.730 hectares em Cabaceiras no ano de 1967, mas, em 1996 essa área havia aumentado para 42.634 hectares.

O processo de desertificação é causado principalmente pela ação do homem, que provoca agressões ao meio ambiente, a exemplo do desmatamento e das queimadas. A desertificação do solo paraibano se intensificou devido a fatores como introdução e expansão da pecuária (grande número de animais em um pequeno pedaço de terra), além do crescimento das lavouras, incluindo o plantio de algaroba e capim buffel (SUDEMA/SEBRAE, 2002).

As condições climáticas e edáficas, bem como a falta de políticas públicas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, levam as comunidades ao empobrecimento e ao uso irracional dos recursos naturais, causando muitas vezes a exaustão dos mesmos. Essa ação degradadora é resultado da falta de assistência técnica aos camponeses que usam os recursos naturais em suas atividades (uso intensivo dos solos agrícolas, sem o manejo adequado; a criação de animais acima do suporte recomendado; a queima, como prática da limpeza do terreno, o uso indiscriminado da caatinga na pecuária extensiva etc), devido à falha dos programas emergenciais desenvolvidos durante os períodos de seca, que os obriga, por exemplo, ao desmatamento como fonte de matéria-prima para a produção de carvão ou queima de espécies da caatinga para alimentar os animais. Cabe ressaltar que a grande pressão exercida sobre a caatinga, como fonte de energia, vem do setor industrial, tanto do Estado como de fora dele, como as olarias, as padarias, a mineração, entre outras (MARACAJA, 2007, p. 21).

No entanto, o Semi-Árido paraibano não é apenas clima, vegetação, solo, desertificação, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só (MALVEZZI, 2007).

Nesse sentido, o autor complementa ainda que é necessário buscar alternativas para a convivência da população com os recursos naturais da região, e para isso a exigência de uma profunda revolução cultural é fundamental.

A mudança não passa apenas por novas tecnologias e pela distribuição da terra, mas pela alma, a inteligência, os valores de cada pessoa e das comunidades da região. É necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semi-Árido que está no imaginário nacional – e se reproduz na população local – e construir um outro conceito. Não há mais como falar em desenvolvimento sem falar em sustentabilidade ambiental. Mais que qualquer outra região brasileira, o Semi-Árido exige um desenvolvimento que respeite as frágeis leis do seu equilíbrio natural. Ou a

convivência sustentável ou o deserto, eis a questão (MALVEZZI, 2007, p. 21).

2.3 O Território do Cariri Paraibano

2.3.1 Características Naturais

O Cariri é uma região da Paraíba localizada na franja ocidental do Planalto da Borborema, uma das principais feições do relevo dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, sendo que a porção central referente à Paraíba, onde ela se apresenta mais bem caracterizada e melhor definida, é uma das mais notáveis unidades geomorfológicas do Nordeste (PASSOS, 2002).

Dessa maneira, o IBGE *apud* UFCG (2008, p. 20) destaca que:

O Planalto da Borborema compreende um conjunto estrutural que se estende do estado de Alagoas ao Rio Grande do Norte, onde as diferenciações geomorfológicas revelam diferentes estágios de evolução de relevo, decorrentes das interferências tectônicas combinadas as modificações climáticas sub-atuais e atuais. As altimetrias desta área variam de 200 a 300m, ultrapassando pouco mais de 1000metros em alguns locais. As áreas mais elevadas correspondem às cristas simétricas e assimétricas, linhas de cumeadas e blocos serranos. As altitudes intermediárias, em torno de 500-600 metros, são encontradas, sobretudo em compartimentos aplainados, geralmente limitados por escarpamentos e nível mais baixo, dissecado em formas convexas e aguçadas, além de relevos residuais. As feições são formadas por rochas pré-cambrianas e paleozóicas representadas por granitos, filitos e quartzito entre outras. A rede drenagem de caráter intermitente apresenta um padrão radical centrífugo, adaptado à tectônica dominante, ressaltando os rios Ipojuca, Una, Jacuípe e Paraíba, dirigido para o Atlântico e os Ipanema e Moxotó, que correm em direção ao São Francisco, e outros que se dirigem para o norte, compondo as bacias dos rios Paraíba e Capibaribe.

Diante da descrição apresentada pelo IBGE, percebe-se que os fatores geomorfológicos influenciam diretamente nas características físicas existentes em toda superfície dômica do Planalto da Borborema. No que diz respeito ao Cariri Paraibano, Passos (2002, p. 36) afirma que “do ponto de vista da topografia, esse conjunto de terras elevadas possui altitudes que variam de 600 a 700m na porção centro norte e, na porção sul, a altitude varia entre 400 a 600m”.

O autor também salienta que as rochas que compõem a paisagem física do Cariri são esculpidas pela ação dos agentes intempéricos exógenos. A ação da tectônica produz falhamentos que orientam os alinhamentos de serras, escarpas e

vales fluviais. Sobre os extensos lajedos acomodam-se grandes blocos rochosos arredondados denominados “caos de pedras” **(Foto 5)**, (PASSOS, 2002).

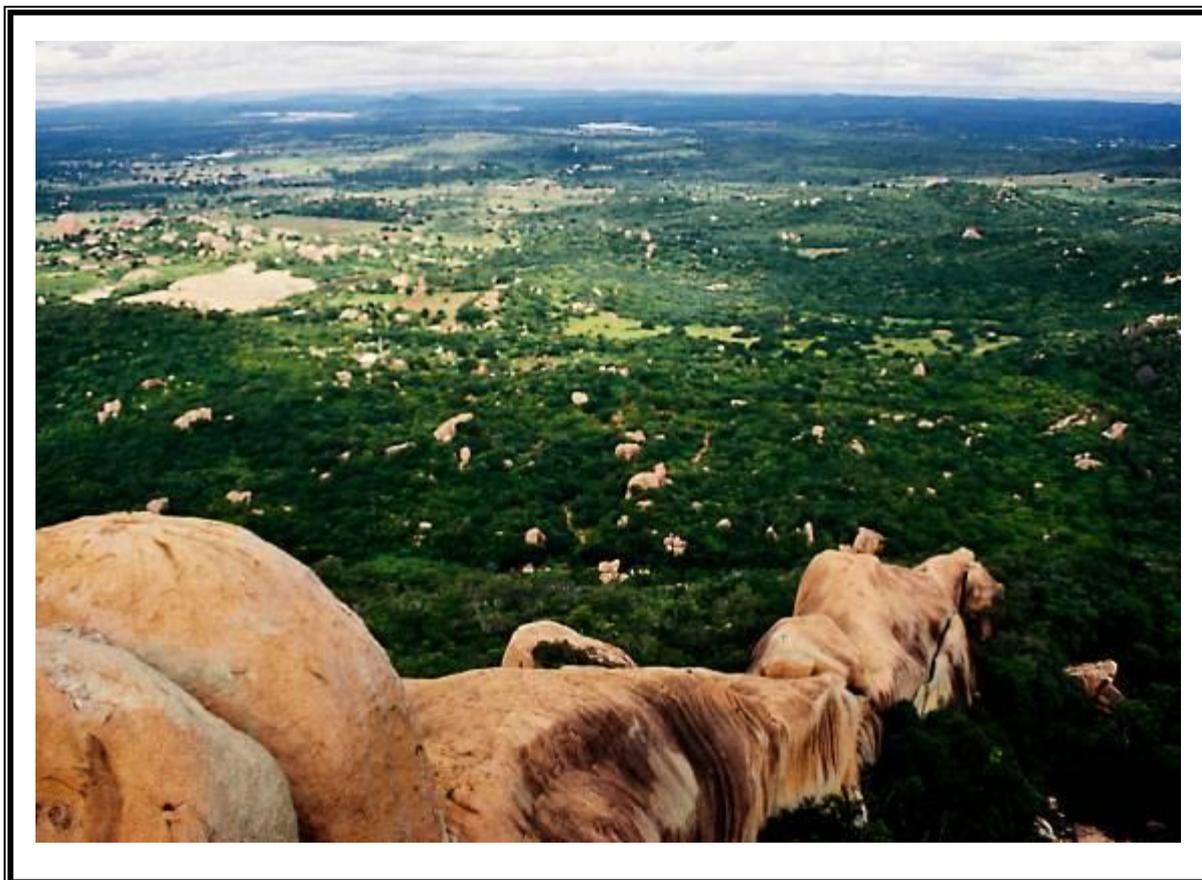


FOTO 5 – Caracterização dos blocos rochosos no município de Monteiro.
Foto e arquivo: Mano de Carvalho, julho de 2006.

Segundo Nunes Filho (2008, p. 23):

Há milhões de anos, deu-se uma grande movimentação nas placas tectônicas, camadas de rochas que formam a crosta terrestre. Esse fenômeno, além de ter sido responsável pela separação entre a América do Sul e o continente africano, ergueu do fundo do mar gigantescas massas líticas. A partir dessa acomodação geológica, fortes correntes marítimas em retração causaram grandes erosões na terra, abrindo vales e rios tortuosos. Chuvas e ventos durante milênios encarregaram-se de desnudar imensos blocos de pedra escondidos no coração da terra e, ao longo de alguns milênios, neles esculpiram formas estranhas, que compõem as paisagens serranas encontradas no Planalto da Borborema, onde se localizam os Cariris Velhos.

A dinâmica dos elementos físicos evidenciados pelo autor possui relevância estética e ambiental, pois ao mesmo tempo em que ela compõe a paisagem

regional, ela também é fator determinante das características fisiográficas da área estudada.

No Cariri Paraibano a variação dos totais pluviométricos – entre 350 mm e 700 mm anuais – aliada à irregularidade climática (uma estação quente e seca no inverno e outra quente e com chuvas no verão) tem importante influência nas características do solo, relevo e vegetação, tendo em vista que a região encontra-se na faixa subdesértica quente de tendência tropical, sob o domínio do clima semi-árido do tipo Bsh. Possui fraca nebulosidade, forte insolação, temperaturas elevadas (medias anuais em torno de 25°C), taxas de evaporação e umidade relativa do ar em torno de 65% (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 1985, *apud* PASSOS, 2002).

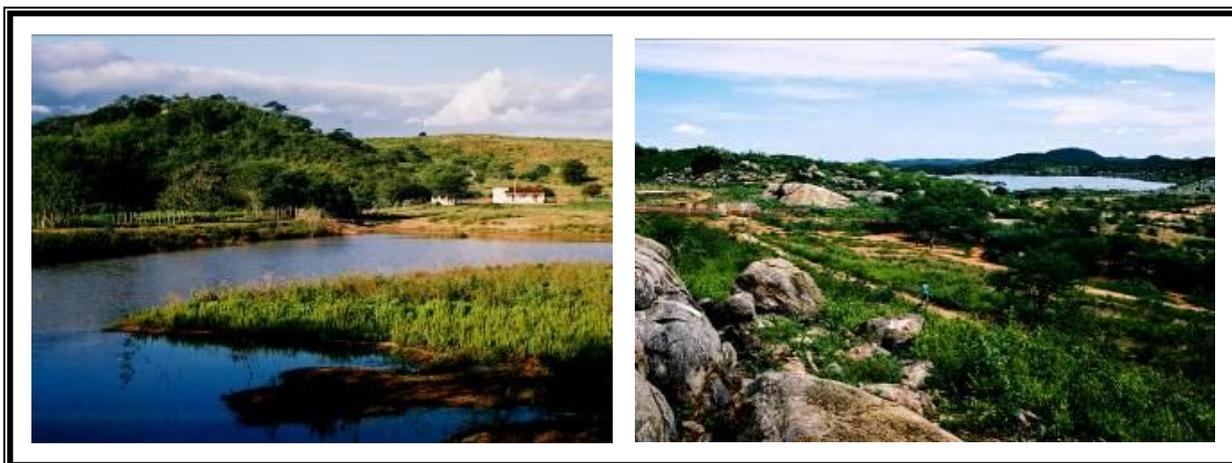
Tais atribuições tornam o Cariri Paraibano uma das áreas mais secas do país, fato este responsável pela elevada evaporação e, por conseguinte, pela reduzida quantidade de água armazenada na superfície do solo (NUNES FILHO, 2008).

Como todos os rios que nascem e/ou cortam o Cariri são temporários, de regime torrencial no período chuvoso, apenas alguns locais mantêm água armazenada durante o ano, tornando-se verdadeiros oásis no meio da Caatinga **(Foto 6)**.

Os rios dos Cariris Velhos são perenes. Nos anos de inverno, as chuvas causam grandes erosões em suas margens. O homem branco que chegou não soube passar. Tombou as matas ciliares, deixando nuas as encostas dos rios e dos riachos. Nos baixos e chapadas, a cobertura fértil é levada pelas águas que transbordam dos cursos assoreados. Fica a pissarra pobre de nutrientes, formando manchas desérticas onde somente alastrados medram. Basta cessarem as chuvas, que as águas se acalmam. Ficam os mistérios de uma terra contraditoriamente árida e fecunda. Em pouco tempo, os leitos dos rios reaparecem forrados de areia branca com poços de água cristalina, que não tardam a desaparecer completamente, permanecendo o restante do ano esturricado (NUNES FILHO, 2008, p. 25-26).

Os solos da região são pouco desenvolvidos, rasos e pedregosos, de acentuada drenagem e bastante susceptíveis a erosão **(Foto 7)**, (UFCEG, 2008). Também em razão da carência hídrica, caracteriza-se nessa região a formação de uma vegetação de Caatinga, que na língua indígena tupi significa *mata branca*. A respeito dessa formação vegetal, Passos (2002, p. 41) explica que:

As folhas pequenas – para evitar a evapotranspiração, modificadas em espinhos para ajudar na defesa contra os predadores, ou ainda, revestidas por uma cerosidade para evitar perda de água para o meio, são algumas das estruturas e de mecanismos capazes de fazer a vegetação resistir ao período de seca e de se regenerar, no curto período chuvoso da região.



**FOTO 6 (lado esquerdo) – Leito de um afluente do rio Paraíba no município de Monteiro.
FOTO 7 (lado direito) – A natureza edáfica dos solos (rasos e pedregosos).**

Fotos e arquivo: Mano de Carvalho, julho de 2006.

Segundo a UFCG (2008, p. 21),

A composição florística do Cariri é heterogênea e uma das características da área é a grande densidade de cactáceas e bromeliáceas que se intercalam a árvores típicas, algumas das quais se repetem com freqüências, como as Juremas (*Mimosa* SP), o Pereiro (*Aspidosperma pyrifolium* Mart.) e a Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul.). Algumas árvores apresentam uma distribuição mais esparsa, como a Favela (*Cnidoscylus quercifolius*), o Umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.), o Mulungu (*Erythrina velutina* Wild.) e o Juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.). Já a vegetação de ervas e arbustos rasteiros ocorre com maior intensidade no período chuvoso com a ocorrência de espécies tais como Malva (*Sida galheirensis* Ulbr.); Mela-Bode (*Herissanta tiubae* K. Schum. Brizick); Ervanço (*Alternanthera tenella* Colla) e Marmeleiros e Velames (*Croton* sp.). Dentre as espécies arbóreo-arbustivas que preservam as folhas o ano inteiro, destaca-se o Juazeiro.

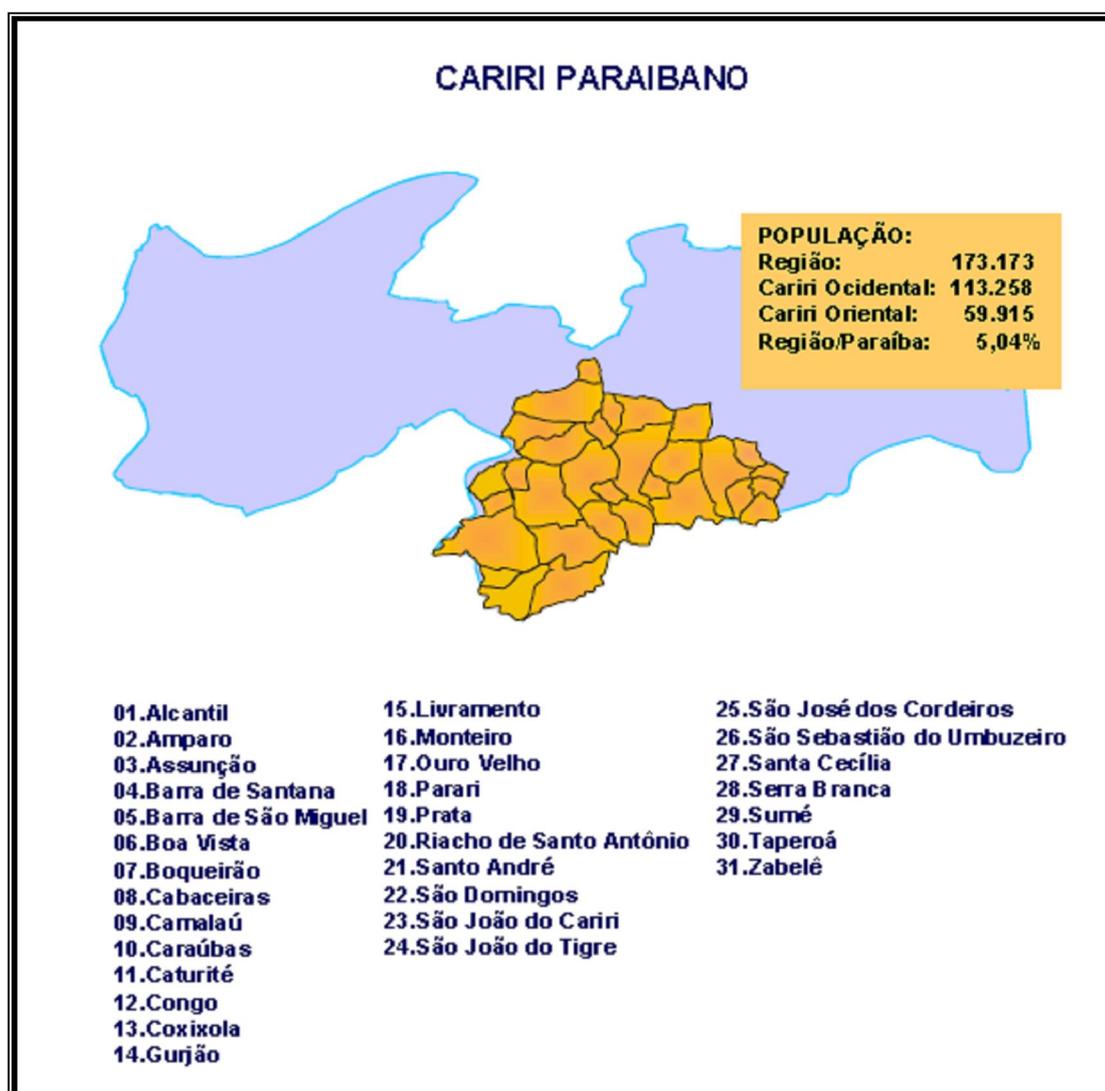
Duas espécies exóticas de grande relevância social e ambiental (devido à forma que foram inseridas na região) são a algaroba, planta de origem africana, e a palma forrageira, de origem mexicana. Na Paraíba, a produção de algaroba concentrava-se nos Cariris Paraibanos, onde já existiam mais de um milhão de árvores plantadas (83% da produção estadual). No que se refere a palma forrageira, em 1980 essa espécie passou a ser o principal produto, contribuindo com mais de 50% do valor da produção agro-extrativista-vegetal (PASSOS, 2002).

Com relação às espécies da fauna, ainda existentes, mais citadas por moradores dos Cariris paraibanos - alguns em extinção – são, entre os mamíferos, o gato maracajá, o tatu peba, o preá, o mocó, a raposa (em extinção), o tamanduá (em extinção); entre os répteis, o camaleão, as cobras (cipó, verde, jararaca, cascavel, muçurana, etc.); bem como, as aves, asa branca, acauã, juriti, coruja, seriema, carcará, bacurau, anu preto,

anu branco, inhambu, gavião, canção (preto e branco), sabiá, rolinha (cascavel e branca); os peixes, jundiá, traíra, tilápia; e os insetos, abelhas jandaíra (mel com alto valor comercial) e cupira (bactericida) (PASSOS, 2002, p. 47).

2.3.2 Características Demográficas

Composta por 31 municípios, o Cariri (que é dividido em duas microrregiões: Cariri Ocidental e Oriental), ocupa uma área de 11.233 Km² e exibe uma população de 173.173 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 habitantes por km² (IBGE, 2000).



MAPA 3 – Cariri Paraibano

Fonte: COSTA (2005).

2.3.3 Características Econômicas

Segundo o MDA, o Cariri Paraibano constitui um imenso “território rural”, fato comprovado pelo perfil econômico da região, pois “os produtores agropecuários ainda representam os principais atores econômicos, apesar da crise do setor”, Essa região congrega 70% da população economicamente ativa, com forte presença de agricultores familiares (MDA, 2004).

ð O Setor Agropecuário

O Cariri apresenta um valor da produção agrícola anual de R\$ 8.520.000,00, numa área plantada de 47.000 ha., o que equivale a um rendimento médio de R\$ 182,00 por hectare. Entre os principais produtos agrícolas destacam-se a tomate (31,78 %), as hortaliças (30,44 %) e o binômio milho-feijão (23,47 %). Quando se considera a área plantada, esse binômio, característico da economia camponesa nordestina, ocupa 55.126 hectares, o que representa 96% do total da área plantada (IBGE, 2000)

Segundo Costa (2005, p. 17),

As atividades agrícolas têm pequena importância econômica e apresentam baixo padrão de eficiência produtiva, são afetadas pelo regime pluvial escasso e mais susceptível às secas periódicas. Nas épocas de normalidade climática, as culturas de subsistência de sequeiro e irrigadas de curto ciclo absorvem significativos contingentes de mão-de-obra. Quanto a estas últimas, verifica-se que tem se constituído na causa de poluição de águas subterrâneas e superficiais, em razão da utilização intensiva de agrotóxicos. Diferentemente das atividades agrícolas, a pecuária, notadamente a de pequeno porte, encontra aqui condições mais favoráveis e é responsável por quase todo o valor da produção rural da região. O seu desenvolvimento se deu, desde os primórdios da colonização, em função do abastecimento dos engenhos de açúcar e dos núcleos urbanos.

ð A Indústria, o Comércio e os Serviços

Mais da metade do PIB do território do Cariri advém do setor de serviços (55%), que emprega 64% da mão de obra ocupada. O setor industrial detém 7% do PIB, com 20% dos empregos, seguido pelo comércio, com 1% do PIB e 15% da mão de obra empregada. Em 2000, segundo dados do IBGE, a população economicamente ativa do território era de 81.324 pessoas, estando 84,61% delas ocupadas. Na época, havia 193 estabelecimentos comerciais (45,73%), 158 de

serviços (37,44%) e 71 indústrias (16,82%). Nada menos do que 74,4% dos empregados não tinham carteira de trabalho assinada. Atualmente, 52.407 famílias são atendidas com transferências de benefícios, o que gera um valor mensal de R\$ 10.145.000,00.

ð Os Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade

A proporção de pessoas pobres neste território chega a 64,50% (na Paraíba, 44,48%). Sendo que em municípios como São João do Tigre, Taperoá, Alcantil, Barra de Santana e Livramento, esse número chega a ultrapassar os 70%. A renda *per capita* média é, no conjunto, de R\$ 87,37, bastante defasada em relação à renda média da Paraíba (R\$ 183,76) e do Brasil (R\$ 297,230). Entretanto, houve um crescimento de 50,7% nesta renda entre 1991 e 2000 (IBGE).

Ainda de acordo com o IBGE (2000), houve um crescimento desigual no IDH dos municípios pesquisados, que variou de 0,514 (1991) para 0,618 (2000). O fator *educação* passou de 0,553 para 0,716; o fator *longevidade* saltou de 0,543 para 0,622 e o fator *renda* obteve um desempenho modesto, passando de 0,447 para 0,517.

ð O Perfil da Educação

No Cariri Paraibano a taxa de analfabetismo é alta. Entre a população de 15 a 17 anos o índice chega a 7,17%, passando para 15% entre os habitantes de 18 a 24 anos e atingindo 37% na população com 25 anos ou mais.

Quanto à taxa de alfabetização, a média dos municípios do território era de 68,29%, sendo Cabaceiras o município com melhor índice (80,30%) e São João do Tigre o município com pior desempenho (53,23%) (IBGE, 2000).

CAPÍTULO 3

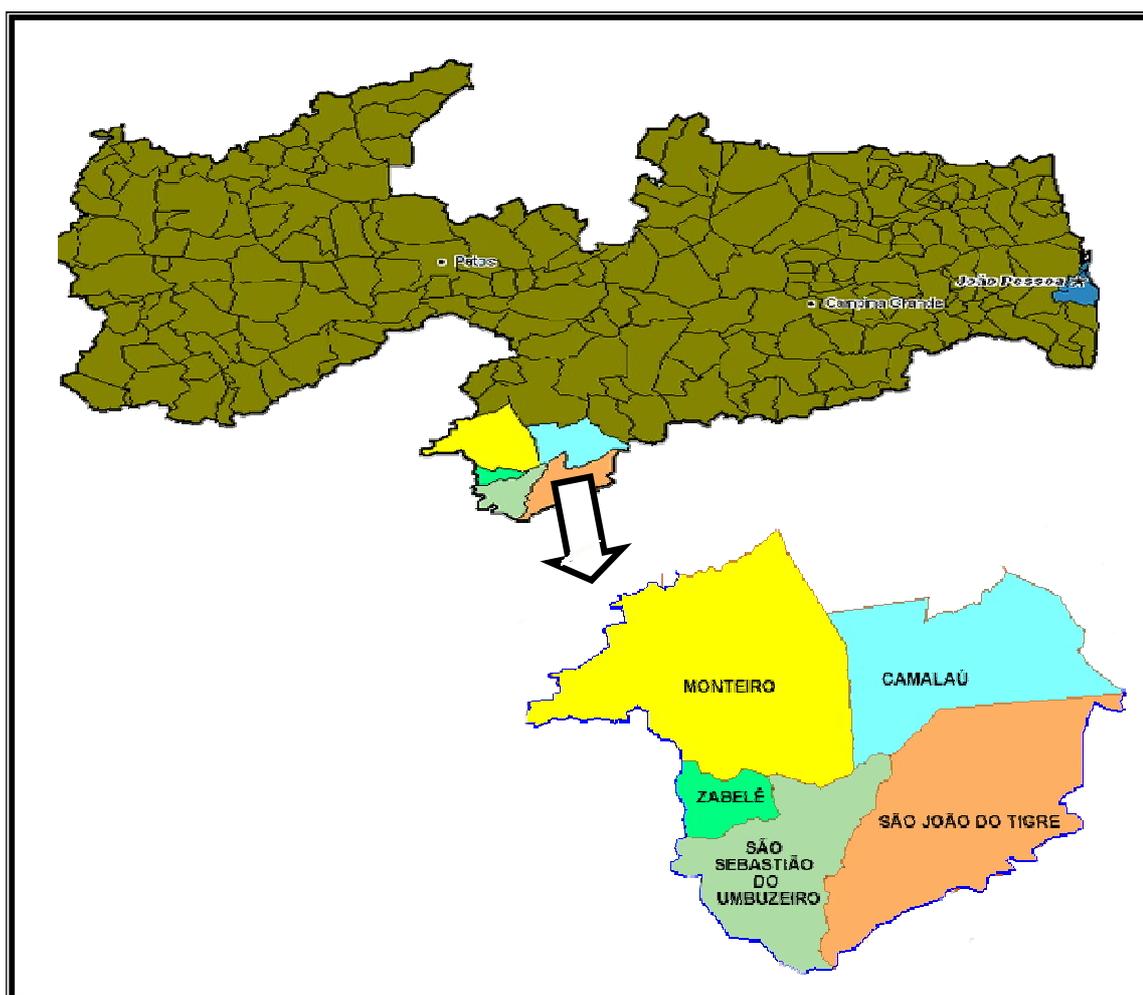
**“QUANDO O BELO SE TORNA FEIO E O TRABALHO SE TORNA
ESCRAVO”: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DAS MULHERES
RENDEIRAS, DO FAZER ARTESANAL, DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA
DE TRABALHO E DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO**

CAPÍTULO 3

“QUANDO O BELO SE TORNA FEIO E O TRABALHO SE TORNA ESCRAVO”: A HISTÓRIA NÃO CONTADA DAS MULHERES RENDEIRAS, DO FAZER ARTESANAL, DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO

3.1 O Processo Artesanal da Renda Renascença

Conforme foi visto anteriormente, a renda renascença é uma atividade artesanal têxtil originária da Ilha de Burano, em Veneza, na Itália e foi introduzida na região do Cariri Paraibano desde a década de 30, concentrando-se nos municípios destacados pelos **Mapas 4 e 5**.



MAPA 4 (acima) – O Estado da Paraíba com Destaque para o Território da Renda Renascença

MAPA 5 (abaixo) – Os Municípios que Formam o Território da Renda Renascença

Fonte: SEBRAE (2007).

Para compreender de forma clara e crítica a dinâmica instaurada no Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença é importante evidenciar as etapas que constitui o seu processo de produção. Desta forma, Aguiar (2010, s.p.) detalha que,

A renda renascença é confeccionada com agulha, linha e lacê de algodão. Em uma primeira etapa, faz-se o desenho sobre papel, que é preso sobre a almofada. O lacê é então afixado sobre o papel com a ajuda de alfinetes e entremeado pelos diferentes pontos da renda. Cada ponto é nominado segundo elementos da natureza, comidas, ou expressam na renda sentimentos e esperanças de quem os criou: aranha, abacaxi, traça, cocada, xerém, amor seguro, laço, sianinha, malha e amarrado.

Nesse contexto, percebe-se que agulha, linha e lacê (**Foto 8**) são a base para a produção artesanal. No entanto, Nóbrega (2005), de forma mais detalhada, acrescenta outros instrumentos e materiais que vão constituir a confecção da renascença. Para o autor, as mãos, a agulha, a linha, o dedal, a tesoura, o ferro de passar, a almofada e o lacê são elementos fundamentais nas etapas que darão formato as belas indumentárias de renda renascença.

O autor explica que a feitura da renda renascença se faz em cinco etapas consecutivas. A primeira é a criação do *risco* (**Foto 9**). A segunda o *alinhavo* (**Foto 10**). A terceira fase é o *tecimento* ou a confecção da renda propriamente dita (**Foto 11**). Durante esse processo, em alguns casos, acrescenta-se uma quarta etapa para o *acabamento*, que é a união da renda em alguma espécie de tecido, geralmente de algodão, ou a junção de uma indumentária repartida entre as rendeiras em vários pedaços (**Foto 12**). Por fim, executa-se a fase da lavagem. É após essa última etapa que a renascença encontra-se pronta para a venda.

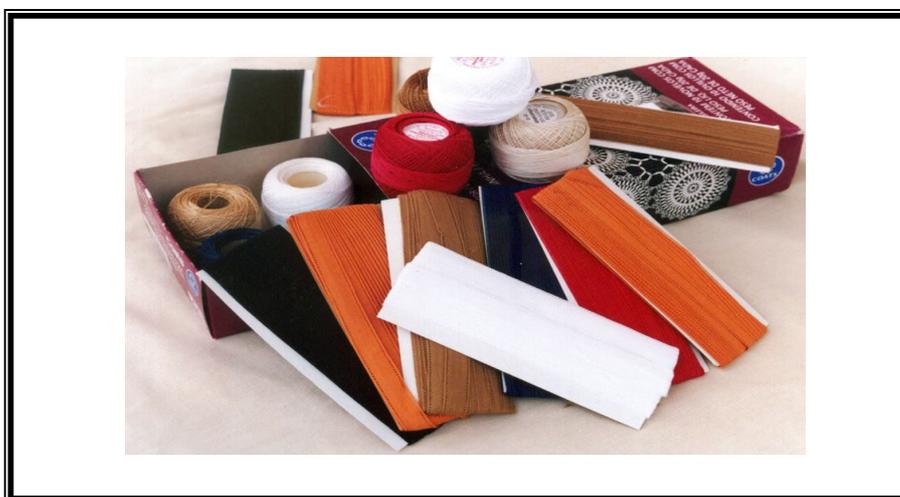


FOTO 8 – Novelos de linha e lace.

Foto e arquivo: Rafael de Farias Ferreira, julho de 2008.



FOTO 9 (canto superior esquerdo) – Criação do risco.
FOTO 10 (canto inferior esquerdo) – Aplicação do lace.
FOTO 11 (lado direito) – Confeção da renda renascença.
Fotos e arquivo: Rafael de Farias Ferreira, julho de 2008.



FOTO 12 – Processo de acabamento.
Foto e arquivo: Rafael de Farias Ferreira, julho de 2006.

O fazer artesanal da renda renascença, segundo Albuquerque e Menezes (2007), exige atributos que são considerados próprios às rendeiras, como por exemplo, delicadeza, paciência e destreza com as mãos, qualidades necessárias para quem trabalha com a linha e a agulha.

Tais atributos requerem das artesãs um esforço físico e mental, que quando intensificado com o aumento da produção de indumentárias, ocasionam sofrimento, decorrente da organização e das suas condições de trabalho. As agressões dirigidas à mente e ao corpo são expressas através de dores na coluna, nos braços e na cabeça, além do inevitável desgaste visual. Essas são as queixas mais freqüentes que encontramos em relação à saúde. A maior parte dos problemas é tratada em casa, com automedicação ou remédios caseiros.

Tendo como base esses dados, o próximo item evidencia através de uma análise sistemática o artesanato da renda renascença como atividade produtiva da região do Cariri Paraibano, buscando observar até que ponto o modelo de desenvolvimento local otimizou a autonomia e as bases sociais e econômicas das associações que integram e formam o Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença, assim como o bem estar e a qualidade de vida dessas mulheres caririzeiras.

3.2 O Fracasso do Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano e a Instauração de uma Política Assistencialista

A atividade artesanal da renda renascença frequentemente representa a única fonte de receita para um expressivo número de famílias do Cariri Paraibano. Segundo Albuquerque e Menezes (2007), a renda é uma importante fonte de ingresso monetário na região supracitada.

Com o Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano, pactuado em 2005, muitas foram às ações realizadas, no entanto poucas foram discutidas com as associações locais. Tentando promover o que o SEBRAE chama de ação compartilhada, o projeto criou o Comitê Gestor da Renda Renascença, que era formado pelos parceiros e pela diretoria das associações. O comitê realizava reuniões mensalmente para debater as ações previstas no GEOR. Estas eram decididas de cima para baixo, ou seja, não eram discutidas com as associações,

chegavam prontas e eram vendidas como propagandas, ocasionando muitas contradições entre todos os envolvidos.

Analisando as atas das reuniões, percebeu-se que pouco se discutia sobre as ações, pois sempre havia mal-entendidos entre as presidentes, resultado de tarefas que não eram debatidas entre elas, e, assim, as mesmas tinham a idéia de que uma estava sendo mais beneficiada do que a outra.

Ao descrever a metodologia da GESPAR (**Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**), abrangendo o desenvolvimento empresarial e institucional, Zapata (2005) mostra que os atores variam dentro do desenvolvimento e esta variação irá determinar as atribuições de cada um deles. Segundo esta metodologia, os atores deveriam ser divididos da seguinte maneira: equipe local, composta por lideranças das organizações locais e institucionais que atuam na região; equipe técnica, formada por técnicos das diferentes instituições e organizações parceiras no trabalho de apoio ao desenvolvimento local; e grupo de participantes, foco central da ação de capacitação/assessoria.

No Projeto Renda Renascença não houve esta divisão entre os grupos, uma vez que as decisões eram tomadas dentro do grupo gestor ou pelos atores técnicos. Quando o grupo local, também chamado de *equipe local* por Zapata (2005), tomava uma decisão sem consultar todos os parceiros, ocorria uma série de insatisfação que logo gerava uma verdadeira guerra de poderes entre as instituições envolvidas, que rapidamente agiam para obter o controle absoluto. Nessa relação, o *local* e *suas necessidades* não eram levados em consideração, caso não houvesse um retorno positivo às instituições.

Um exemplo disso pôde ser observado nas participações de feiras, sendo que os parceiros escolhiam a programação de feiras artesanais a nível estadual e nacional, nas quais as associações participavam durante o ano. Muitas das feiras estaduais ocasionavam prejuízos e sempre que se fazia o balanço das vendas nas reuniões do comitê gestor, as rendeiras reivindicavam a diminuição de suas participações. Por outro lado, os parceiros tratavam logo de realizar um longo discurso sobre o quanto eles haviam investido na renda renascença e que a participação das associações nas feiras era um mínimo de retorno que as rendeiras poderiam oferecer.

Diante desta situação de impotência, Fátima Suelene de Oliveira Medeiros, Presidente da ASSOARTI, afirma que “os parceiros por muitas vezes não deixam a

gente decidir aquilo que é melhor para as associações. Eles interferem nas nossas decisões e no dia-a-dia da *casa da renda*, é como se a gente tivesse que viver submisso a eles pro resto da vida”.

Durante três anos, no período de 2005 a 2008, o Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano desenvolveu um conjunto de atividades, a saber: ações, eventos, reuniões, cursos, visitas, clientes, missões e encontros do Comitê Gestor. Todas essas atividades faziam parte das metas estabelecidas no SIGEOR do Projeto Renda Renascença.

No gráfico a seguir, pode-se observar o comparativo das atividades realizadas entre 2005 e 2006:

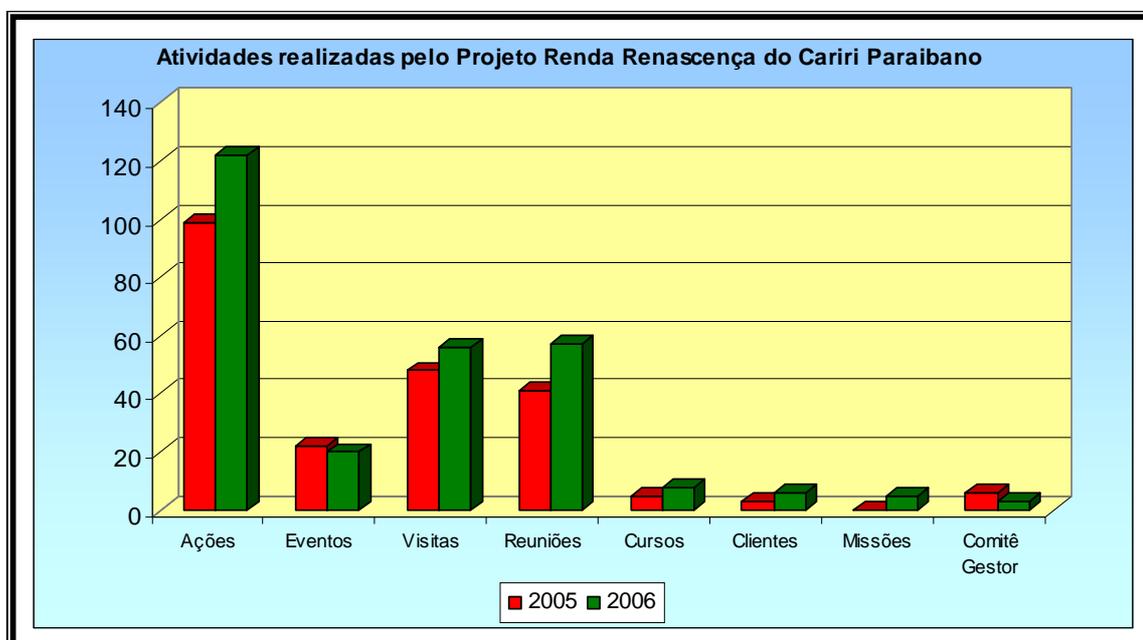


GRÁFICO 1 – Número de Atividades Realizadas Entre os Anos de 2005 e 2006
Elaborado a partir das pesquisas de campo.

Em 2005, as atividades possuíam um caráter de estruturação, ou seja, de organização, dando consistência para o ano de 2006. Percebeu-se que a quantidade de eventos em 2005 foi superior em relação a 2006, como também as reuniões do Comitê Gestor. As participações em feiras e eventos marcaram a entrada da renda renascença no mercado de produtos artesanais. As participações das rendeiras nas feiras *Gift Fair*, em São Paulo e *Mão de Minas*, em Minas Gerais, por exemplo, desencadearam várias encomendas com foco no vestuário, que naquele momento

não foram tão significativas, mas que em 2006 deram resultados bem positivos em relação ao processo de produção.

No **Gráfico 2**, observa-se que o valor adquirido nas participações em feiras e eventos foi bem menor em relação à quantidade de encomendas. Diante desta observação é possível constatar que os produtos comercializados nas feiras realizadas em 2005 apresentaram pouca significância quando comparados com as encomendas. Outro ponto importante na análise diz respeito a notável diferença de peças vendidas e encomendadas entre as associações. Para isso, vários fatores exerceram influência direta, tais como: a quantidade de rendeiras associadas, a organização da associação, o gerenciamento da presidente e a pontualidade na entrega.

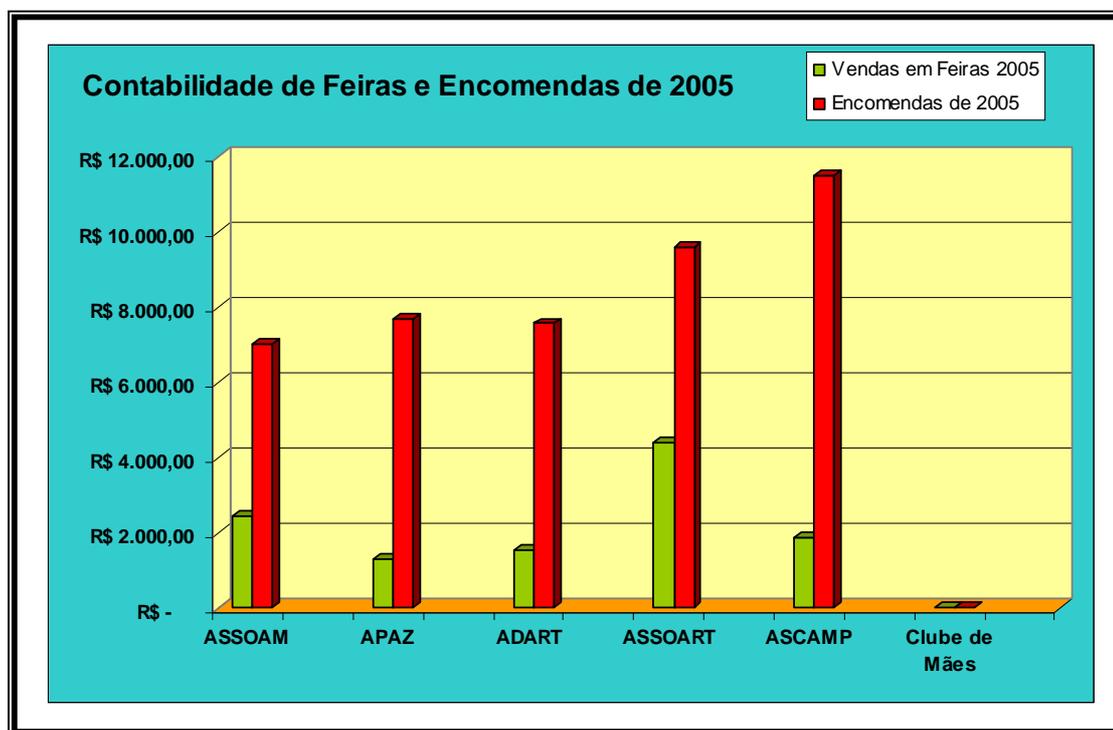


GRÁFICO 2 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2005
Elaborado a partir das pesquisas de campo.

Com as participações nas feiras em 2005, as rendeiras conquistaram em 2006 um cliente que modificaria não apenas o processo de produção das associações, como também promoveria as inovações no fazer artesanal (através de peças ousadas) e no valor pago pelo novelo, que antes do projeto era trocado por produtos alimentícios (feijão, arroz e farinha) ou pago no valor de cinco a seis reais pelos atravessadores.

Ao salientar a existência de atravessadores e a submissão por parte das rendeiras a esses intermediários, Fechine (2005) utiliza a fala da ex-presidente da Associação dos Artesãos de Monteiro, Marlene Leopoldino, para justificar um dos motivos que as levam a tal condição – a de exploradas.

Porque elas (rendeiras de Monteiro), não tão vendo ainda o desenvolvimento, elas não acreditam ainda que vai dar certo [...] Porque a gente exige. E elas (rendeiras que trabalham para atravessadores) fazem de qualquer jeito, entendeu? Nós (rendeiras da ASSOAM) temos um padrão, temos capacitação, temos pessoas capacitadas, pra trabalhar de acordo com o que o cliente quer e elas não, elas trabalham de qualquer jeito. [...] Elas sempre dizem: ‘- Não! Não vou pra associação não, porque lá é muito exigente. A menina é muito exigente!’ Então, tem que exigir mesmo! [...] O produto bom, de qualidade é que dá certo [...] (MARLENE, s.d. *apud* FECHINE, 2005, p. 5).

A partir da fala de Marlene, observa-se que a entrevistada incorporou o discurso dos parceiros, que neste período (2004 a 2005) concentraram esforços em atividades que proporcionassem a qualificação da mão-de-obra e o resgate cultural do fazer artesanal, sendo que essas duas ações constituíam estratégias geradas com o intuito de promover um diferencial no produto, já que Pesqueira e Poção (municípios de Pernambuco) sempre foram fortes concorrentes da renda paraibana.

Esse diferencial foi alcançado por meio de inúmeros cursos de capacitação que proporcionaram uma melhor qualidade do produto artesanal da renda renasçença. A partir deste momento, qualquer renda renasçença não confeccionada pelas rendeiras do Projeto Renda Renasçença do Cariri Paraibano se tornava notavelmente inferior, tendo em vista que as artesãs aprenderam a confeccionar as indumentárias com pontos pequenos e bem feitos, com desenhos simétricos e bem alinhavados e, por fim, com acabamento minucioso, retirando todo e qualquer tipo de imperfeição, diferentemente das rendeiras que produziam para os atravessadores ou vendiam suas peças nas feiras das cidades pernambucanas mencionadas anteriormente.

No entanto, o que vai influenciar o processo de submissão aos atravessadores não é a exigência dita por Marlene, mas sim a demora da Associação em pagar os novels desmanchados pelas rendeiras, como afirma Ivani Domingos dos Santos (rendeira da ASSOAM).

O atraso do pagamento é conseqüência de dois fatores que comprometem a dinâmica da produção: o primeiro, se dá quando as rendeiras passam do prazo de entrega e atrasam as encomendas, ocasionando a demora do pagamento por parte

do cliente. O segundo, é quando o cliente mesmo recebendo a encomenda no prazo acertado, não realiza o pagamento de imediato.

A associação de Monteiro sempre passou por problemas financeiros em decorrência de uma má administração, pois nem todos têm vocação e aptidão para tal segmento. Com a saída de Marlene Leopoldino do Projeto, a situação se agravou ainda mais e o que era para ser o pólo da Renda Renascença, se tornou um grande entrave para o desenvolvimento deste arranjo produtivo. Muitas rendeiras saíram da associação por não terem recebido o pagamento pelos novelos desmanchados, o que causou uma queda significativa do número de rendeiras associadas que imediatamente passaram a produzir para os atravessadores ou por conta própria (essa situação se estende até os dias atuais).

Ao contrário da ASSOAM, a Associação dos Artesãos de São João do Tigre (ASSOARTI), que possui uma boa administração, quase sempre consegue pagar as rendeiras pelo trabalho executado, mesmo quando ocorre atraso por parte dos clientes (a administração eficiente permite a acumulação de dinheiro em caixa) .

Quando a associação possui reservas, ou economias, eu pago todas as rendeiras para que elas não fiquem esperando, e assim que o cliente paga eu compro matéria-prima e guardo o resto no banco, pois se não, meu filho, nada vai para frente (Fátima Suelene, presidente da ASSOARTI).

Tomando como exemplo a ASSOAM e a ASSOARTI neste primeiro momento, percebe-se que pelo fato de possuírem trajetórias distintas, elas serão as mais significativas no processo de análise, uma pelo fracasso e a outra pelo sucesso. No entanto, continuemos com as análises dos dados colhidos sobre o Projeto.

Com o projeto, o novelo nas associações fixou-se em quinze reais e após a chegada da *Grife Cavaleira*, o novelo passou de quinze reais para vinte e cinco reais. Concluídas as encomendas da Grife, o preço do novelo passou por várias modificações, sempre respeitando o valor mínimo fixado pelos parceiros (R\$ 15). Para Maria Aparecida de Oliveira, 55 anos e mãe de 10 filhos, rendeira de São João do Tigre,

A mão-de-obra aqui é um preço (ela está se referindo ao valor pago pela Associação). Quando eu fazia para mim, o novelo de linha era de R\$ 2,50 para vender o paninho por R\$ 10,00 em Poção e o que ficava não dava para fazer outro. Na associação é o dobro! Eu não tenho o trabalho de comprar linha e lacê e nem de alinhavar, só tem o trabalho de desmanchar o novelinho de R\$ 23 a R\$ 27.

Como Maria Aparecida, muitas rendeiras passaram a trabalhar na associação em 2006 devido ao alto fluxo de encomenda durante o ano. Através do **Gráfico 3** é possível visualizar que a quantidade de vendas e encomendas em 2006 foi bem mais significativa em relação a 2005, e que a diferença no processo de comercialização entre as associações estava ainda com percentuais bem diferenciados, ocasionando competitividade e rivalidade entre elas. Em 2006, o *Clube de Mães* do município de Camalaú se inseriu no processo de desenvolvimento do projeto, esta inserção não foi bem aceita pelas outras associações, gerando mais tarde um dos motivos da desestruturação do mesmo.

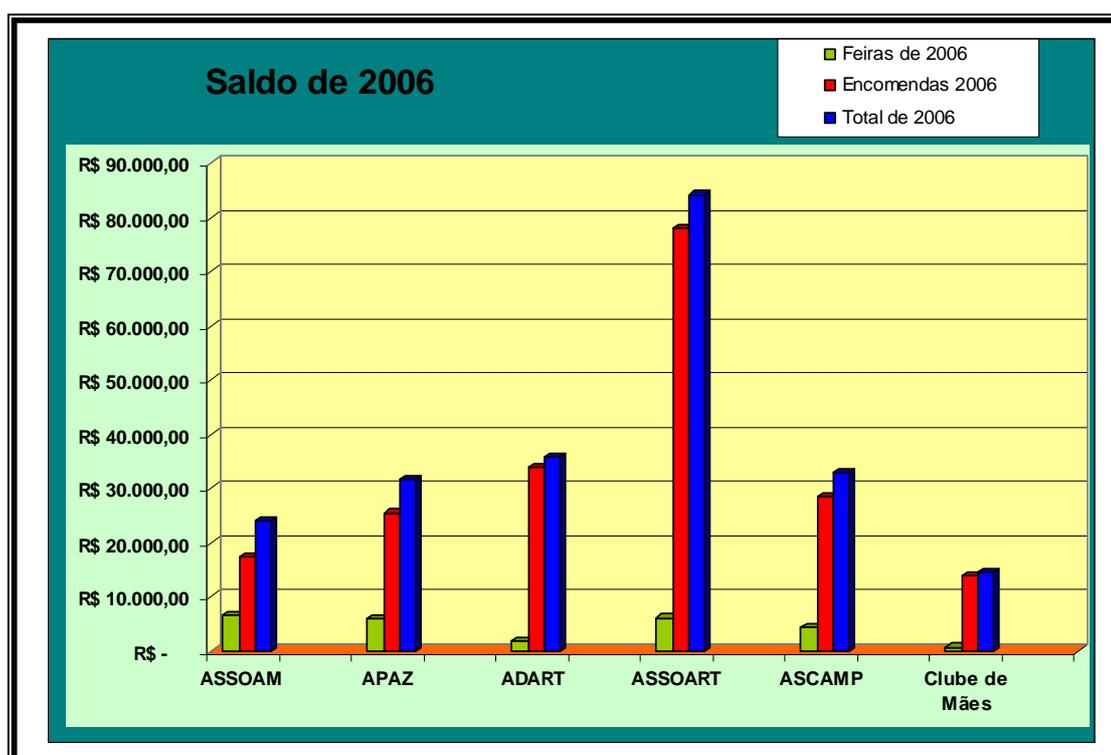


GRÁFICO 3 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2006
Elaborado a partir das pesquisas de campo.

Com o crescimento das encomendas e, principalmente, com o aumento dado ao tecer do novelo, identificou-se que o número de rendeiras associadas também se ampliou, causando um estado de grande euforia entre elas. Isso ocorreu devido à divulgação de seus produtos em quatro desfiles consecutivos realizados pela *Grife Cavalaria* no *São Paulo Fashion Week* (**Fotos 13 a 24**). Entretanto, este crescimento do número de rendeiras nas associações só seria notado no ano de 2007 (**Gráfico 4**).

1º Desfile – Museu do Ipiranga (Coleção Feminina Inverno 2007)

Fotos de 19 de janeiro de 2006



2º Desfile – Autódromo de Interlagos (Coleção Masculina Verão 2007)

Fotos de 18 de julho de 2006

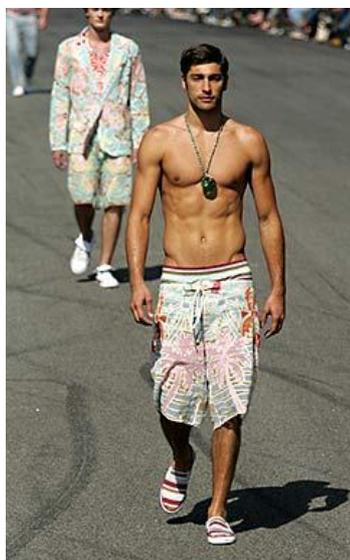


FOTO 13 (canto superior esquerdo) – Vestido branco com bico preto de renda renascença.

FOTO 14 (superior centro) – Blusa e saia de renda renascença.

FOTO 15 (canto superior direito) – Vestido curto preto de renda renascença.

FOTO 16 (canto inferior esquerdo) – Short coqueiro de renda renascença.

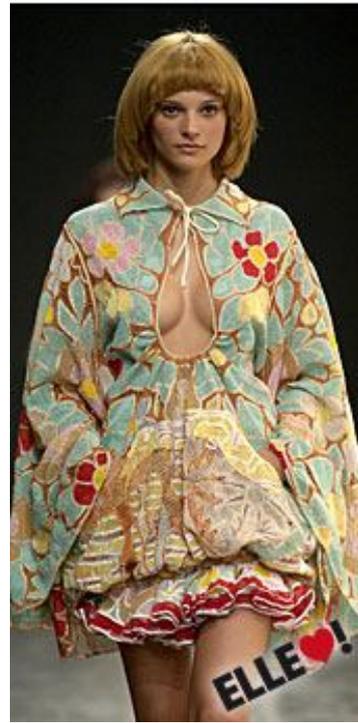
FOTO 17 (inferior centro) – Bleiser e short feitos de renda renascença.

FOTO 18 (canto inferior direito) – Camiseta de renda renascença tingida de marrom.

Fotos e arquivo: *Grife Cavaleira* imagens cedidas para Rafael de Farias Ferreira,

3º Desfile – Bienal de São Paulo (Coleção Feminina Verão 2007)

Fotos de 18 de julho de 2006



4º Desfile – Pavilhão da Bienal, em São Paulo (Coleção Feminina e Masculina Outono-Inverno 2007)

Fotos de 28 de janeiro 2007



- FOTO 19 (canto superior esquerdo) – Vestido colorido de flores com mangas longas.
FOTO 20 (superior centro) – “Jardineira” (como as rendeiras chamam) curta de flores.
FOTO 21 (canto superior direito) – Vestido colorido de flores e coqueiros com mangas longas.
FOTO 22 (canto inferior esquerdo) – Vestido de renda inspirado na pele de zebra.
FOTO 23 (inferior centro) – Blusa de moletom com renda aplicada.
FOTO 24 (canto inferior direito) – Macacãozinho de renda inspirado na pele de zebra.
Fotos e arquivo: *Grife Cavaleira*, imagens cedidas para Rafael de Farias Ferreira.

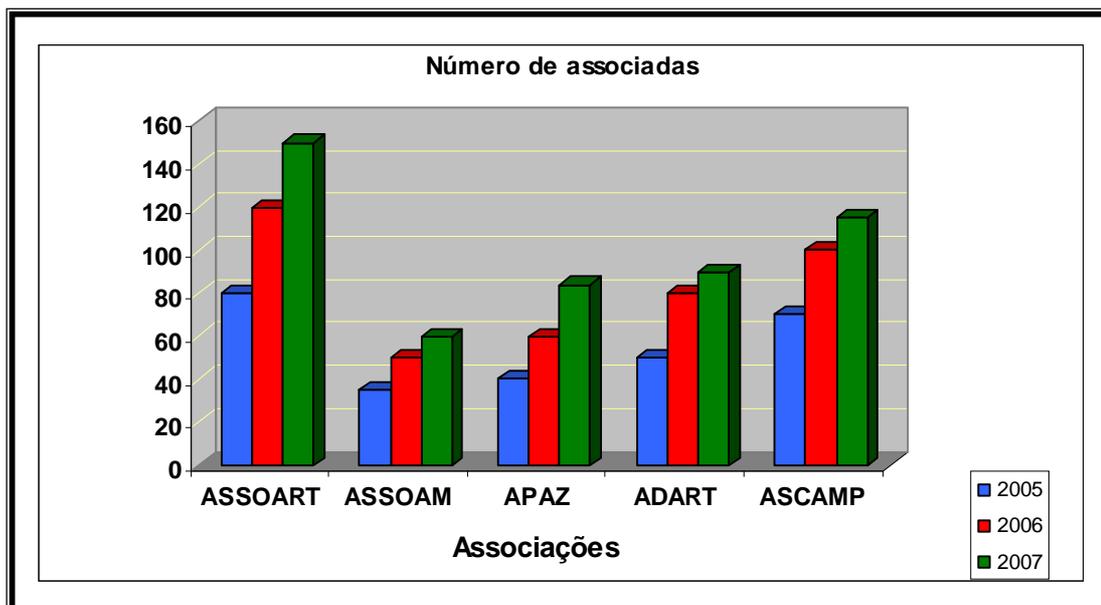


GRÁFICO 4 – Número de Mulheres Associadas por Ano

Elaborado a partir das pesquisas de campo.

O marketing, a publicidade e a propaganda criados pela *grife Cavaleira* desde o primeiro desfile, proporcionou as rendeiras paraibanas reconhecimento a nível nacional e internacional, observado pelas divulgações em revistas e jornais.

Muitas dessas divulgações traziam em suas reportagens o quanto a empresa foi criativa e inovadora, tendo em vista que a mesma encontrou no Nordeste, na região do Cariri paraibano, mulheres pobres e artesãs que realizam o fazer artesanal da renda renascença, a qual, contraditoriamente proporciona luxo e status para quem a usa e exclusão e pobreza para quem a faz.

Diante desses fatos, notou-se um aquecimento tímido no comércio local nos municípios que abrigam a cadeia produtiva da renda renascença, sendo o ramo comercial, especificamente o do setor de alimentos o maior beneficiado durante este período. Isso ocorreu porque a alimentação é um dos principais fatores que ocasionam a submissão das mulheres rendeiras em materializar o artesanato de forma precária, trabalhando por muitas vezes, de dia e de noite (algo que foi praticado durante as encomendas da *grife Cavaleira*).

Desta forma, observou-se que enquanto as rendeiras trabalhavam quase 18 horas por dia, para poder entregar as indumentárias nas datas previstas, objetivando adquirir uma melhor alimentação para suas respectivas famílias, a *grife Cavaleira*, com posse dos investimentos de renda renascença tecidos pelas rendeiras, ampliavam e potencializavam seus negócios, gerando capital e acumulando mais

valia, estabelecendo desta forma uma relação de extrema desigualdade com as rendeiras.

A partir do segundo trimestre de 2007 esta situação só veio a piorar, sobretudo porque a *Cavalaria* cessou com os seus pedidos e com isso, o número de encomendas caiu drasticamente.

Os dados contabilizados se reverteram completamente quando comparados com os de 2006. No **Gráfico 5**, observa-se que as associações sofreram um grande impacto econômico, tendo em vista que o número de encomendas foi tão insignificante que não houve a contabilização do mesmo.

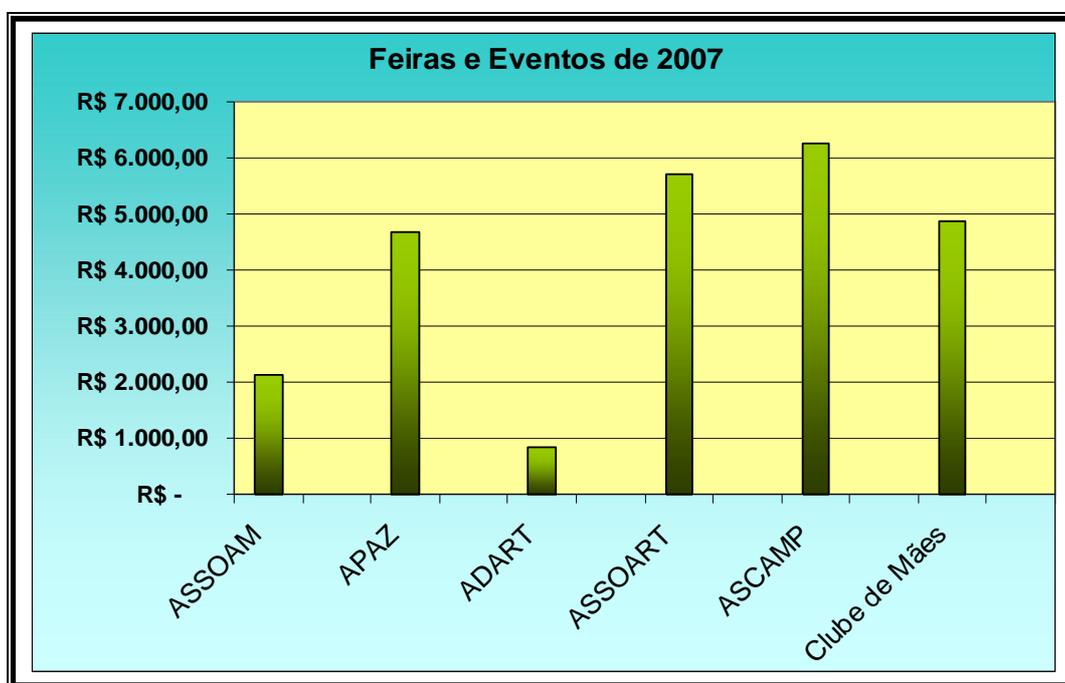


GRÁFICO 5 – Contabilidade de Feiras e Encomendas no Ano de 2007
Elaborado a partir das pesquisas de campo.

Com os desfiles realizados pela *Grife Cavalaria*, os parceiros ganharam importante crédito no cenário político-social e o projeto se tornou modelo para outros em diversos Estados do Brasil que, assim como a Paraíba, potencializava grupos artesanais dispersos e desorganizados. Com a crise instaurada em 2007, pouca coisa foi feita para se reverter o quadro negativo. Os parceiros que deveriam ter criado planos estratégicos e alternativos para impulsionar a produção e, principalmente, valorizar o trabalho dessas rendeiras, na verdade enxergaram nessa situação uma oportunidade de estruturar aquele que foi chamado vulgarmente de

GEOR 02 da Renda Renascença, visando dar continuidade ao projeto por mais três anos (a meta seria vencer os desafios da comercialização dos produtos).

Segundo o Comitê Gestor, com o encerramento do Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano no final de 2007, as rendeiras obtiveram reconhecimento nacional e internacional e construíram um importante espaço na economia local do território do Cariri Paraibano.

Por outro lado, elas avaliam que as associações se isolaram e que o processo de unificação entre elas é algo impossível devido à falta de união e harmonia. Além disso, muitas rendeiras se submetem a tal situação porque não existem outros meios de geração de emprego e renda na região. Maria de Fátima Souza Alves, 25 anos, mãe de Josué, 8 anos, relata que “fazer renda é muito importante para não morrer a tradição, a renascença é muito valiosa, temos que deixa-lá para os outros”. No entanto, Fátima relata que “quem faz renda trabalha muito para ganhar pouco. Eu, por exemplo, não paro de fazer renascença porque a renda é uma ajuda para pagar as contas no final do mês”. Para Maria Aparecida de Oliveira, a realidade não é diferente,

Eu faço renda porque preciso e gosto, só com o salário mínimo não dá para sobreviver. Tive que comprar um calçado para meu menino e pagar o meu óculos de R\$ 450. Para quem ganha um salário mínimo você acha que dá? De nove prestações de R\$ 50 (Maria Aparecida se refere aos óculos) trabalho um mês fazendo renda para pagar uma parcela, eu já paguei três. O sapato do menino ainda vou começar a pagar. E lá em casa só trabalha eu para sustentar as quatro bocas e pagar as contas. Não é fácil não, meu filho.

Sendo assim, concluiu-se que o modelo de desenvolvimento local fomentado para as rendeiras do Cariri Paraibano não obteve o sucesso esperado, pois a partir das falas construídas por elas percebeu-se que este projeto serviu para captar verbas e com elas promover o assistencialismo e o jogo político territorial, tornando o Arranjo Produtivo da Renda Renascença do Cariri Paraibano um espaço de reprodução da exploração econômica e da desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos propostos neste trabalho, estabeleceu-se uma compreensão da relação do global com o local com base na discussão sobre o Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano, como também identificou-se as dinâmicas constituídas pelos atores envolvidos e os modos de produção dos empreendimentos das rendeiras. Corroborando com essas idéias foi possível dar visibilidade às péssimas condições de trabalho de um segmento social significativo no Brasil, em especial nos municípios localizados no interior da Paraíba.

Durante a práxis estabelecida no trabalho, notou-se que o desenvolvimento local é um produto do capitalismo contemporâneo que tem o poder de gerar renda, bem estar e autonomia para as famílias envolvidas numa cadeia produtiva, como também criar uma política assistencialista de exploração através de um perigoso processo de alienação.

Com efeito, o modelo de desenvolvimento estabelecido pelo Pacto Novo Cariri tornou o arranjo produtivo da renda renascença um território econômico vulnerável, tendo em vista o controle sutil realizado pelas instituições parceiras.

Durante a pesquisa foi possível constatar uma grande exploração da força de trabalho das mulheres rendeiras, que se submetem a precarização do trabalho para poder garantir a sobrevivência ou a renda complementar imprescindível às suas famílias. Tal situação compromete a sustentabilidade de todos os empreendimentos.

A renda renascença se caracteriza por ser um trabalho meticuloso, lento e delicado, dividido em etapas ou tarefas específicas para a confecção de uma peça.

O contato com as rendeiras nos revelou que o processo de alienação é algo bem acentuado e que dificilmente poderá ocorrer uma autonomia para a tomada de decisões e para a autogestão dos respectivos empreendimentos. Isso porque o capitalismo acaba com toda forma de solidariedade possível entre as partes, como também a equidade e o respeito ao próximo.

Contudo, acreditamos que a possibilidade de desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional e de um espaço para a formação de um coletivo transformador só será possível através da discussão conjunta de soluções para tal situação. Sendo assim, uma saída possível para reverter o atual quadro de submissão e vulnerabilidade passa pela construção de uma política autogestionária desenvolvida

a partir de um processo pedagógico pautado na cooperação, na solidariedade, na igualdade, no respeito e no resgate dos valores que permeiam todos os indivíduos – homens e mulheres.

Nesse sentido, gostaríamos de finalizar esse trabalho citando as sábias palavras do grande mestre da educação brasileira.

*“Aos esfarrapados do mundo.
E aos que nele se descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles sofrem, mas,
sobretudo, com eles lutam”.*

Paulo FREIRE (2005, p. 23).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luciana. **Renda Renascença**. Disponível em: <http://www.acasa.org.br>. Acessado em 17 set. 2010.

ALBAGLI, Sarita e MACIEL, Maria Lucia. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, Helena M. M. et. al. (Orgs.). **Pequena Empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume/Dumard, 2003.

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, José E. e LASTRES, Helena M. M. (Orgs.). **Globalização & Inovação Localizada**: as experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ALBUQUERQUE, Else de F; MENEZES, Marilda. O Valor Material e Simbólico da Renda Renascença. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Volume 15, número 2, maio-agosto de 2007, p. 461-467. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/381/38115213.pdf>> Acessado em 10 set. 2010.

COELHO, Franklin. Desenvolvimento Local e Construção Social: o território como sujeito. In: SILVEIRA, Caio Marcio e REIS, Liliane da Costa. **Desenvolvimento Local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: DLIS, 2001.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Ivani. Incubadoras de Empresas como Estratégia de Desenvolvimento nos Pactos do Novo Cariri e Curimataú Paraibano. **Revista Eletrônica Qualit@s**. Volume 4, número 1, 2005.

DANTAS, Leiliam C. **Desenvolvimento Local e Valorização de Produtos dos Engenhos de Cana-de-açúcar em Base Territorial**: o caso do Brejo Paraibano. Rio de Janeiro, 2003 (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro).

FECHINE, Ingrid Farias. A Construção Cultural e Identitária das Rendeiras da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM): entre o amor e a sobrevivência pela renda renascença. In: **Anais do Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pensador Info**. Disponível em: http://www.pensador.info/autor/Paulo_Freire/; Acessado em: 20 set. 2010.

HAERSBAERT, Rogério. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**:

Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MIN, 2005.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Pensar Brasil/CONFEA, 2007.

MARACAJÁ, Napoleão de Farias. **Vulnerabilidades**: a construção social da desertificação no Município de São João do Cariri - PB. Dissertação de Mestrado. UFPB/CCEN. João Pessoa, 2007.

MARTELETO, Regina M. e SILVA, Antonio B. O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, Volume 33, número 3, setembro/dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acessado em 22 set. 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **CONVIVER**: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido. Brasília: SPR – Secretaria de Programas Regionais, 2009.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Cartilha Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Atlas Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acessado em 15 set. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Caatinga**. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acessado em 01 set. 2010.

NERY, Salete. O Comércio do Autêntico: produção, circulação e consumo de bens artesanais no contexto capitalista da atualidade. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 33., 2009, Caxambu, MG. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2009.

NÓBREGA, Christus. **Renda Renascença**: uma memória de ofício paraibana. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos**: passando de passagem. Recife: Liber, 2008.

OLIVEIRA, (et. al.). **Pacto Novo Cariri**. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acessado em 30 ago. 2010.

PANHUYS, Henry. **Do Desenvolvimento Global aos Sítios Locais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

PASSOS, Luciana Andrade dos. **Paisagem Natural, Patrimônio Cultural e Turismo nos Cariris Paraibanos**. Dissertação (mestrado). UFPB/CCEN. João Pessoa, 2002.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris Paraibanos: da sesmarialismo aos assentamentos da reforma agrária. raízes ou desertificação?** Tese de Doutorado. PPGRN/CTRN/UFCG. Campina Grande, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp. São Paulo, 2002.

SUDEMA/SEBRAE. **Política Estadual de Controle da Desertificação**. João Pessoa, 2002, Volume1.

TAPIA, Jorge R. B. Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Volume 19, número 1, janeiro/março de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssp/v19n1/v19n1a12pdf>>. Acessado em 22 set. 2008.

UFCG. **Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**: projeto de criação do Campus de Sumé. Campina Grande: Secretaria de Projetos Estratégicos, 2008.

WWF- Brasil, - World Wildlife Fund. (Fundo Mundial para Natureza). **Caatinga**. Disponível em: <www.wwf.org.br>. Acessado em: 01 set. 2010.

ZAPATA, Tânia (*et. al.*). **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2004. Disponível em: <www.iadh.org.br>. Acessado em 06 agosto de 2005.